

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

TERESA MARIA SILVA E SILVA

**ASPECTO DA ANÁFORA ENCAPSULADORA EM
REDAÇÕES DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

**SALVADOR - BAHIA
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

TERESA MARIA SILVA E SILVA

**ASPECTO DA ANÁFORA ENCAPSULADORA EM
REDAÇÕES DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Dissertação apresentada como requisito do
Curso de Mestrado em Letras do Programa de
Pós-Graduação em Letras e Lingüística.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Lícia Maria Bahia
Heine.

**SALVADOR - BAHIA
2009**

AGRADECIMENTOS

Aos anos de estudo e trabalho, que me despertaram para a consciência da necessidade da pesquisa permanente, e como resultado dessa escalada veio a conquista do prodígio profissional e de amigos incentivadores, outros nem tanto, mas que não deixaram de ser relevantes na história da minha luta pedagógica, em alguns momentos, uma guerra solitária.

Alguns precisam ser nomeados, pois, ao se posicionarem como defensores do bem comum, tornaram-se fiéis protetores terrenos: meu marido, companheiro e, muitas vezes, benevolente; e meu coordenador profissional Professor Marcelo Costa, pela generosidade, ambos merecedores de minha gratidão eterna.

Ainda no espaço familiar, estendo esse sentimento para as minhas filhas Renata e Rebeca, agora em pedido de perdão, pelas horas intermináveis que as duas reclamavam minha atenção e que fui obrigada a transferir o tempo solicitado para meus estudos, obrigando-as, também, a abdicar do que lhes era de direito. Peço desculpas aos meus familiares, pela ausência até mesmo nos festejos, recuperaremos esse período.

Amigos são imprescindíveis e nas horas difíceis recuperam sentimentos e etapas prestes a nos vencer. Refiro-me aos que me incentivaram a persistir, até mesmo emprestando suas competências, como Lícia Perez, Palmira Heine, gratíssima querida, e minha coleguinha Isabela Almeida (Izza); o diminutivo é para sinonimar a sua faixa etária; é uma criança, mas uma mestranda de Letras dotada de valor singular. A essas companheiras especiais, meu afeto e meu agradecimento. Devo estender minha gratidão à Professora Jane Freire, gerente de ensino, por não impor dificuldades à constituição do *corpus* deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui meus agradecimentos:

A Deus e Jesus Cristo, companheiros fidelíssimos e incondicionais.

À minha amiga de confidências materiais e espirituais, Irmã Nair do Val Saback (*in memoriam*), pela orientação constante.

À orientadora desta pesquisa, Professora Dr^a. Lícia Maris Bahia Heine, pelo acesso à sua área de conhecimento.

RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito refletir sobre o fenômeno da anáfora, tendo como recorte a anáfora encapsuladora, a partir do funcionamento de itens anafóricos identificados nos textos do gênero dissertativo. A presente investigação se apóia na Lingüística Textual, considerando os trabalhos já desenvolvidos pelos teóricos Apothéloz (1995), Marcuschi e Koch (2002) e Heine (2000). Esta hipótese de trabalho orienta-se por considerar o texto como objeto particular da investigação lingüística, por ser ele a forma específica de manifestação da linguagem. A anáfora encapsuladora nesse estudo será entendida como um tipo de expressão referencial que sumariza uma porção textual (ou o discurso) e não será considerada como um referente na acepção clássica, pontual que postula uma relação de correspondência entre itens textuais. Dessa forma, a anáfora no presente trabalho, tende a uma concepção mais ampla do termo anafórico, considerando que a anáfora encapsuladora recupera porções textuais que serão ou que já estão sinalizadas no co(n)texto. Assim, a anáfora encapsuladora pode ter seu funcionamento na rotulação, sumarização ou recuperação do discurso.

ABSTRACT

This research aims at reflecting upon the phenomenon of the figurative speech anaphora, having it as a piece of “anaphora encapsulators and its functions collected from dissertative texts. The present investigation supports its studies in textual linguistics, considering studies developed by Apothéloz (1995), Marcuschi e Koch (2002) and Heine (2000). The objective and its hypotheses are guided by the linguistic investigation of its manifestations of the language. The encapsulators anaphors is referred as a type of referential expression that sum up a portion of text (or a piece of the discourse) and it will not be regarded as a classic acception, factual in relation to its textual correspondence. This way the anaphora in this paper has its own conception considering that the anaphora encapsulators recovers some textual portions which will be signaled in its co-text. Therefore, the anaphora encapsulators might have its function in labeling, summarization or recuperation of the speech.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO	12
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.2 FUNCIONALISMO <i>VERSUS</i> FORMALISMO LINGÜÍSTICO	12
1.3 A ESCOLA LINGÜÍSTICA DE PRAGA	18
1.4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO	20
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LINGÜÍSTICA DE TEXTO	22
2.1 SURGIMENTO DA LINGÜÍSTICA DE TEXTO	22
2.2 FASES DA LINGÜÍSTICA DE TEXTO	24
2.2.1 Primeira fase	24
2.2.2 Segunda fase	25
2.2.3 Terceira fase	26
2.3 ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS DA LINGÜÍSTICA DE TEXTO	28
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE REFERENCIAÇÃO E TIPOS DE ANÁFORA	31
3.1 CONCEPÇÃO TRADICIONAL DE REFERÊNCIA	31
3.2 CONCEPÇÃO DE REFERENCIAÇÃO	32
3.3 O TEXTO: UNIDADE DE ANÁLISE CENTRADA NA REFERENCIAÇÃO ANAFÓRICA	34
3.4 QUESTÕES GERAIS RELACIONADAS À ANÁFORA	39
3.5 A ANÁFORA NA VISÃO DE APOTHÉLOZ	40
3.6 CONSIDERAÇÕES DA NOÇÃO DE ANTECEDENTE	41
3.7 NOÇÕES CHAVES LIGADAS À ANÁFORA	41
3.7.1 Anáfora e referência	41
3.7.2 Anáfora e dêixis textual	42
3.7.2.1 Os dêiticos	44
3.7.2.2 A dêixis textual	45
3.7.3 Tipos de anáfora	46
3.7.3.1 Anáfora fiel	47
3.7.3.2 Anáfora infiel	49
3.7.3.3 Anáfora por nominalização	50
3.7.3.4 Anáfora por silepse	52

3.7.3.5 A anáfora indireta	52
3.7.3.6 Anáfora associativa	55
3.7.3.7 Anáfora encapsuladora	59
3.7.4 DÊIXIS TEXTUAL OU ANÁFORA?	60
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	62
4.1 A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	62
4.2 TÉCNICAS DE OBSERVAÇÃO E COLETA DE DADOS	62
4.3 ANÁLISE DE DADOS	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo investigar a ocorrência das anáforas encapsuladoras usadas por estudantes universitários em textos dissertativos, que têm como foco as retomadas referenciais com base nas propostas de Koch (2002), Marcuschi (2001) e Heine (2004), considerando os mecanismos de coesão.

Pretende-se, de maneira mais específica, verificar a ocorrência desses elos coesivos dos textos dissertativos nas retomadas co-textuais e contextuais, considerando-se, sobretudo, uma concepção mais ampla do fenômeno da anáfora.

Este trabalho justifica-se à medida que focaliza um dos aspectos do processamento textual referente à modalidade escrita do sistema lingüístico, visto que este estudo, a partir dos anos 80 do século XX e primórdios do século XXI, representa de fato um dos cursos do desenvolvimento da ciência da linguagem, que tem eclodido, com uma preocupação ligada ao ensino de línguas. Nesse sentido, pode-se destacar a possibilidade de o aluno adquirir habilidades de processamento de produção textual, relacionadas ao processo de construção de texto. Ademais, contempla consoante os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa, a orientação hodierna do MEC, visto que abre espaço à reflexão do enfoque lingüístico nos moldes do paradigma funcional da linguagem.

Esta pesquisa se apóia na Lingüística Textual, que surge rompendo com as limitações teórico-metodológicas da Lingüística Formal e procura penetrar no mecanismo de produção, construção, funcionamento e recepção de textos orais ou escritos (MARCUSCHI, 1983, p. 12). Sua proposta de trabalho orienta-se por considerar o texto como objeto particular da investigação lingüística, por ser ele a forma específica de manifestação da linguagem.

O presente trabalho constitui-se em quatro capítulos que norteiam teoricamente a compreensão dos fatores que contribuem para a escolha dos elementos textuais incidentes na identificação dos itens anafóricos demonstrativos como anáfora encapsuladora.

No primeiro capítulo, apresenta-se uma visão do Funcionalismo Lingüístico, ressaltando a discussão sobre alguns aspectos da teoria funcionalista, bem como as principais diferenças entre Formalismo e Funcionalismo Lingüístico. Esse último considera a língua como atividade concreta, levando em conta as intenções do falante, o contexto de produção dos enunciados, e observando a comunicação e uso efetivo da língua. É, portanto, dentro da corrente funcionalista que se enfatizam os estudos da terceira fase da Lingüística Textual, dentre os quais se podem destacar o estudo da anáfora que é objeto desta pesquisa.

No segundo capítulo, faz-se uma abordagem sobre a Lingüística de Texto, que surge como uma das vertentes do *funcionalismo lingüístico*, entendido como o paradigma de estudos

que concentram os seus trabalhos no contexto de uso, ou seja, em pesquisas centradas no efetivo exercício lingüístico, que envolvem falantes concretos, sem recorrer a um falante ideal (HEINE, 2005, p. 2). Assim, comenta-se o rompimento dessa corrente com as limitações teórico-metodológicas da lingüística formal, através do mecanismo de produção, construção, funcionamento e recepção dos textos. Nesse sentido, a Lingüística de Texto é base para o trabalho, a partir da idéia de que sua hipótese de trabalho orienta-se por considerar o texto como objeto particular de investigação lingüística, por ser ele, como já referido anteriormente, a forma específica de manifestação da linguagem (MARCUSCHI, 1983, p. 12). Assim, de maneira mais ampla, reconhece-se que a Lingüística de Texto abrange as duas modalidades do sistema lingüístico: fala e escrita, sob a perspectiva do *continuum* tipológico dos gêneros textuais, nos quais podem ser analisadas questões diversas, como por exemplo: coerência, coesão, dêiticos, entre outras. Destacam-se ainda as três diferentes fases da Lingüística de Texto que englobam as preocupações teóricas referentes a esse ramo da ciência da linguagem.

No terceiro capítulo, a abordagem centra-se em considerações sobre o fenômeno da Referenciação e da Anáfora. Em princípio, faz-se um recorte sobre a referência, concebida tradicionalmente como um processo de correspondência entre um termo lingüístico e um objeto pertencente ao mundo extralingüístico. Nessa perspectiva, não se considera o referente com base na explicação dos mecanismos de produção do significado, que se fundamenta nas teorias sobre o significado, as quais são orientadas pela lógica, de acordo com a visão clássica da Filosofia da Linguagem. Assim, discorre-se sobre a idéia de que a concepção tradicional de referência sinaliza a representação estática do conhecimento de mundo e esse mundo estático representa uma correspondência biunívoca, a qual pode sinalizar uma exclusão do ambiente em que a linguagem é usada.

Neste capítulo, a Referenciação é apresentada como uma atividade discursiva, em que o sujeito na interação opera sobre o material lingüístico que tem ao seu dispor, fazendo escolhas de sentido apropriado para representar estados de coisa, com o intuito de concretizar seu projeto de dizer. Em outras palavras, os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um propósito de dizer.

Nessa perspectiva, a referenciação não é considerada como atividade de etiquetar seres e sim como uma atividade discursiva, em que os referentes não são objetos do mundo, mas, sim objetos de discurso. Dessa forma, sinaliza-se que a atividade discursiva implica uma visão não-referencial da língua e da linguagem, posição referendada por Apothéloz (1995), Marcuschi e Koch (1998, 2000, 2002, 2006, 2007) e Heine (2000, 2004, 2005).

Com base nos pressupostos desses autores, postula-se que a questão da escolha das denominações não pode ser colocada na relação entre a linguagem e o mundo, mas, sobretudo, no interior do discurso, o que se configura, segundo Koch (2007), em um processamento estratégico. Dessa forma, entende-se que a noção de referência considera apenas a relação do termo lingüístico com o mundo extralingüístico, enquanto a noção de referenciação pressupõe um processo que não fica limitado ao plano lingüístico, pois se trata de um processo cognitivo, discursivo e interativo. É nessa visão que este estudo aceita a posição de Mondada e Dubois (1995), fazendo uso do termo *referenciação* em substituição à tradicional *referência*.

Ainda neste capítulo, tem-se o propósito de discorrer sobre a anáfora, apresentando-a a partir de uma concepção mais estreita e avançando para uma concepção mais ampla. Para isto, parte-se da idéia de que um dos aspectos centrais na Lingüística de Texto refere-se à seqüenciação dos enunciados e seus elementos, considerando a realização desses dois processos de coesão textual como uma variedade de estratégias. Esses processos podem ser vistos como a seqüencialidade, realizada pelos elementos conectivos, e a referencialidade, que estabelece a coesão textual, também, por meio de expressões nominais, entre outros. É nesse aspecto que a *anáfora* assume um papel central, sendo aqui conceituada, segundo seus principais pesquisadores: Halliday e Hasan. Assim, em uma perspectiva mais estreita, a anáfora foi pesquisada, de maneira mais sistemática por Halliday e Hasan (1976), que a conceberam na coesão textual, pautada na correferenciação, dando a entender a questão anafórica como uma substituição de termos. No discorrer deste capítulo, os pontos de vista desses autores são delineados de maneira a melhor se compreender os seus pressupostos, bem como a relação com autores que defendem uma visão diferenciada da anáfora.

Nos estudos desse fenômeno, existe uma substancial divergência sobre os critérios de definição da anáfora, havendo pontos de vista que promovem a separação de blocos distintos: um correspondendo a concepções mais estreitas do fenômeno, aí se incluindo Halliday e Hasan (1976), e outro bloco que compartilha concepções mais amplas, com autores como: Apothéloz (1995), Berrendonner (1985), Marcuschi e Koch (2002) e Heine (2000).

Na perspectiva deste estudo, faz-se referência a essa bipolaridade, a partir da idéia de que os que tendem a uma concepção mais estreita da anáfora vêem-na como um fenômeno fundamental, ligado à coesão textual e caracterizado pela retomada de um segmento de texto por outro. Nesse sentido, o item anafórico “refere-se ao seu antecedente”. Para essa concepção, portanto, a anáfora deve ser correferencial e o antecedente deve ser explícito. Entretanto, essa concepção de anáfora estreita vem sendo gradativamente ampliada para uma concepção *lato sensu*, em que se postula que a coesão não se deve ater, apenas, ao anafórico e ao seu

anterior, o que sinaliza uma noção de não-correferencialidade. Ou seja, a remissão anafórica não pode estar apenas restrita à mera substituição de um item por outro, tendo em vista o envolvimento de aspectos cognitivos de representação mental, relacionados não só com o contexto de comunicação, mas também com os dados sócio-culturais partilhados entre os interlocutores do discurso.

Assim, na perspectiva da não-correferencialidade e a partir de autores renomados, como Apothélos (1995), Koch e Marcuschi (2002) e Heine (2000), este estudo pretende tratar dos tipos de anáfora, como fundamento para a compreensão do objetivo que se pretende alcançar, que é investigar a ocorrência das anáforas encapsuladoras, usadas por estudantes universitários em textos dissertativos.

No capítulo quatro, são tratados os aspectos metodológicos e apresentada a análise de dados, envolvendo a constituição do *corpus* composto de 6 (seis) textos dissertativos, escritos por alunos de uma Faculdade de Comunicação da cidade do Salvador. Para a constituição do *corpus*, foram realizados, primeiramente, estudos sobre os conceitos relativos à produção de textos dissertativos; em seguida, procedeu-se à leitura de periódicos jornalísticos, quando se enfatizou o que caracteriza um ponto de vista e, a partir desse contexto, foi sugerido o tema *Confiança*, para prosseguir a produção do texto do gênero dissertativo. Esse tema foi significativo para os alunos, uma vez que a leitura contumaz de textos jornalísticos faz parte da prática pedagógica desses alunos e do planejamento de Curso. Na sequência, foi produzido o texto dissertativo pelos alunos e, após recolhimento desses textos, foi feita a leitura dos mesmos, a fim de proceder à seleção, a partir da identificação do item anafórico, sem, ainda, uma caracterização do tipo de anáfora. De posse dos textos selecionados pelo uso dos referidos itens, fez-se a escolha dos textos que apresentavam o item anafórico no contexto da não-correferencialidade, a fim de se proceder à análise dos dados. Assim, seguido das técnicas de observação em que, por meio dos textos selecionados, pretende-se observar a ocorrência das anáforas encapsuladoras, cujo determinante (Det) seja representado por um pronome demonstrativo, assim como verificar o uso desse item como elemento anafórico.

Pressupõe-se que esse tratamento se centra na idéia básica do modelo cognitivo, em que a relação anafórica se apresenta como uma espécie de representação mental e a referenciação é largamente determinada por processos cognitivos, sendo a escolha de um determinado item anafórico dependente do estado da memória discursiva em curso. O tratamento cognitivo da referência atrelado às noções de ativação é que vai determinar o uso do elemento anafórico.

Vale ressaltar que, apesar de os autores citados nesta pesquisa apontarem para a possibilidade de estudo dos diferentes tipos de anáfora, neste trabalho, optou-se por observar a ocorrência da anáfora encapsuladora, como já se observou, com base em Apothéloz (1995), Marcuschi e Koch (2002, 2006, 2007) e Heine (2000, 2004, 2005).

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Partindo da concepção de que na teoria funcionalista a língua é entendida como um instrumento de comunicação, postula-se, então, que a mesma não deve ser considerada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura submetida às pressões originadas das práticas

comunicativas, as quais exercem influência significativa sobre sua estrutura lingüística. Dessa forma, compreende-se que o funcionalismo analisa a estrutura gramatical tendo como referência a situação comunicativa integral, ou seja, o propósito do ato de fala, seus interlocutores e seu contexto discursivo. O presente texto é um estudo inicial como suporte teórico sustentado na Lingüística de Texto.

Assim, pretende-se, nessa releitura, estabelecer a discussão sobre alguns aspectos da teoria funcionalista que se desenvolveu nos anos 70, a qual sinaliza preferência à língua e não à forma, na perspectiva de que é nesse sentido que se caracteriza o funcionalismo como um paradigma de várias ramificações. No presente texto, apresenta-se, subseqüentemente, as seguintes abordagens: 2. Funcionalismo *versus* Formalismo Lingüístico; 2.1 A Escola Lingüística de Praga; 2.2 Caracterização do funcionalismo lingüístico.

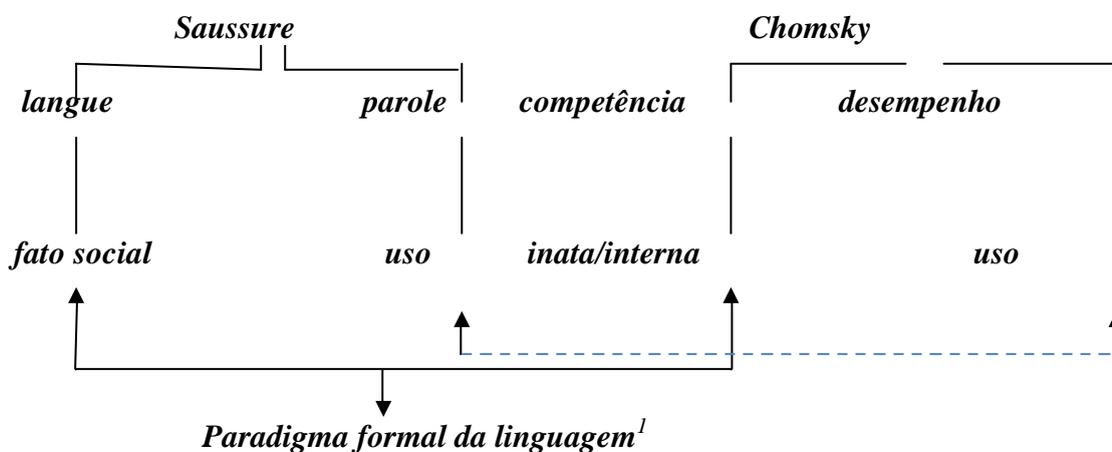
1.2 FUNCIONALISMO *VERSUS* FORMALISMO LINGÜÍSTICO

No que concerne ao pólo funcionalista, faz-se referência aos estudiosos Jakobson, Trubetzkoy, Karcevsky e Martinet, os quais apresentaram 9 (nove) teses sobre problemas lingüísticos gerais e 6 (seis) sobre as línguas eslavas. A primeira 1ª tese de Jakobson no 1º Congresso Lingüístico Internacional de Haia apresentou uma nova concepção de língua constituída de forma e função, induzindo ao entendimento de que uma das prioridades do *funcionalismo* é transcender a abordagem modular típica do formalismo, construída por divisão entre fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. A idéia de integração entre componentes diversos é uma das mais significativas características do paradigma funcionalista.

A discussão sobre Funcionalismo e Formalismo lingüístico expande-se no século XX, quando ocorre o aumento das pesquisas lingüísticas, em razão do grande fluxo de fenômenos ligados à natureza da linguagem humana, representados por dois paradigmas: *o paradigma formal da linguagem* e *o paradigma funcional da linguagem*. O paradigma formal da linguagem, também aceito como Lingüística tradicional ou Lingüística autônoma, trata dos estudos gerativistas, o que torna possível a compreensão do seu envolvimento com o estruturalismo lingüístico, considerando-se a importância de autores como Chomsky e Saussure, os quais retiraram dos estudos da lingüística científica as pesquisas de caráter semântico-pragmático. Nesse contexto, vale ressaltar que a intenção de Saussure era também

estudar a diacronia, na qual a lingüística trabalha com mudanças que ocorrem nas línguas através do tempo; entretanto, centrou sua pesquisa na sincronia, em que os elementos lingüísticos são estudados dentro de um mesmo recorte temporal. Seu ponto de vista é entendido na idéia de que a *langue* e a competência não são do mesmo valor característico, pois a *langue*, para Saussure, representa o lado comum a todos os falantes, o lado social da linguagem, ao tempo, em que para Chomsky, a competência representa o conhecimento que o falante-individual-ouvinte possui de sua língua, tendo como fundamento a Gramática Universal entendida como qualquer órgão biológico passível de evolução.

Ainda que congreguem do mesmo campo de realização lingüística, *parole* e *desempenho* pertencem a correntes lingüísticas diferentes, como o Estruturalismo e o Gerativismo, muito embora haja significativo elo entre as duas correntes que, pelo aspecto da abstração, acabam por se inserirem, ambas, no paradigma formal da linguagem. Segundo Oliveira (2004, p. 221), o foco interno das análises de Saussure se restringe à estrutura, em que os liames entre significado e significante ocorrem através das semelhanças e diferenças internas do sistema e o liame de Chomsky restringe-se ao aspecto psicológico e se refere ao fato de a sintaxe ser um módulo mental. As considerações desses dois autores podem ser melhor bem compreendidas na ilustração a seguir:



¹ Esquema retirado de Heine (2000, p. 4).

Pela ilustração, entende-se a língua como instrumento comum das interlocuções sociais direcionado para o uso lingüístico no processo comunicativo, ao tempo em que o formalismo mostra-se mais seletivo, considerando a língua como um fenômeno mental centrado em um estudo da forma lingüística.²

Sobre a presença de Saussure nos dois paradigmas lingüísticos, ressalta-se que o mestre genebrino é destacado como referência básica do funcionalismo lingüístico, em razão de ser o fundador do funcionalismo lingüístico, além do seu postulado de que o principal para a língua é o processo de comunicação, em outras palavras, a língua é, sobretudo, um instrumento de comunicação, traço distintivo do *funcionalismo* lingüístico. Mas, ressalta-se que a essência do funcionalismo encontra-se na Antiguidade Clássica, quando os retóricos já valorizavam a língua em uso ao construírem textos falados a fim de obterem melhores efeitos, no que concerne à persuasão diante do público.

No pólo formalista, destacam-se Bloomfield (1963), Harris (1951), Chomsky (1965, 1971). Insere-se, ainda, nesse grupo, o mestre Saussure (1961), sendo considerada sua inclusão pelo fato de o mestre genebrino privilegiar a forma e não o uso, ao considerar a *langue* e não a *parole* como objeto de estudo da Lingüística. Atenta-se ainda para o fato de que o formalismo no qual se insere Saussure ser de base empirista, diferente, então, do formalismo racionalista de Chomsky. Entretanto, os traços formais, tais como a abstração e a noção de sistema estabelece a união entre ambos, distanciando-os, porém, com relação à noção de língua que, para Saussure, é um fenômeno social, e, para Chomsky, um fenômeno biológico mental.

Já em relação à presença de Chomsky entre os formalistas, pode-se também tecer considerações, em razão de ele representar (em sua prática formalista) um componente gramatical que pretende fundamentar o significado de uma sentença. Nesse contexto, entende-se que os pressupostos do gerativismo norteiam-se por elementos formais, como: seu objeto de estudo, o destaque à sintaxe e a exclusão de aspectos pragmáticos. Essas considerações conduzem-no (Chomsky) a ser citado como expoente do formalismo lingüístico.

Segundo Martinet (1994, p. 85-86), a lingüística funcional, defendida por ele e também pautada na Escola de Praga, implica que os enunciados lingüísticos se analisam por referência ao modo como contribuem no processo de comunicação. A escolha pela abordagem funcional se origina da convicção de que toda a pesquisa científica sustenta-se em uma pertinência, os aspectos não podem ser apriorísticos. Assim, é a pertinência da comunicação que permite o

² Trata-se de uma lingüística autônoma, que nos primórdios do século XX e no contexto da filosofia positivista representava o status de ciência na referida autonomia.

entendimento da dinâmica da linguagem. Nessa perspectiva, os traços da língua só serão examinados prioritariamente por referência à função que exercem no processo de comunicação. Dessa forma, na visão funcional, a linguagem humana é percebida como necessária à transmissão da experiência, por meio de manifestações perceptíveis, analisáveis em unidades correspondentes a um elemento da experiência que se pretende transmitir.

Com base no autor, anteriormente citado, os termos “função” e “funcionalismo” ilustram como as unidades lingüísticas podem servir a várias significâncias, configurando, pois, a ampla esfera do seu domínio polissêmico. O termo “funcionalismo” pode também referir-se a certas práticas gerativo-transformacionais, conforme expressa a afirmação a seguir:

Os enunciados lingüísticos se analisam por referência ao modo como contribuem para o processo de comunicação. A escola do ponto de vista funcional deriva da convicção de que toda a investigação científica parte do estabelecimento de uma pertinência e que é a pertinência comunicativa que melhor compreende a natureza e a dinâmica da linguagem. Todos os traços desta serão, pois, prioritariamente identificados e classificados por referência ao papel que desempenham na comunicação da informação. (MARTINET, 1994, p. 86-87)

A visão dinâmica da língua, como nessa referência, representa o elemento central dessa linha de estudo, o que capacita a se considerar a sincronia, não em termos estáticos, como planejou Saussure nos primórdios do século XX, mas, sobretudo, no eixo dinâmico, porque a língua, mesmo em um determinado estado lingüístico, permanece constantemente em ação, traço que, na acepção de Martinet (1994), constitui a diferença singular entre os enfoques lingüísticos anteriores, comumente denominados de formalismo lingüístico e a prática funcionalista da linguagem.

A compreensão desses dois paradigmas, funcionalismo e formalismo, exigem uma distinção entre os mesmos, pois no paradigma formal a língua é tratada como um objeto abstrato e a gramática, embasada em uma sintaxe desatrelada do uso lingüístico, é entendida como maneira de descrever esse objeto abstrato. Nesse sentido, define-se a gramática como um sistema autônomo de regras, uma sintaxe formal, em que se pode examinar os significados delimitados em uma estrutura sintática. Assim, a sintaxe é prioritária à semântica, e a semântica sobre a pragmática. Segundo Dik (1981, p. 1), é o que se pode configurar como paradigma formal, sob o ponto de vista fundamental da gramática gerativo-transformacional. Mas, no que concerne ao paradigma funcional, a linguagem como instrumento de interação

social é usada com o objetivo precípua de estabelecer relações comunicativas entre os pares do discurso.

Nessa perspectiva, apresenta-se a seguir um quadro sintético, em que se pode estabelecer uma comparação de autores desse contexto, sobre o paradigma lingüístico formal e o paradigma funcional, a partir de Dik (1981, p. 5-6):

QUADRO 1: Paradigma formal *versus* paradigma funcional:

CARACTERES LINGÜÍSTICOS	PARADIGMAS	
	FORMAL	FUNCIONAL
1 Como definir a Língua	Uma língua é um conjunto de sentenças.	Uma língua é um instrumento de interação social.
2 Função primária da língua	A função primária é a expressão de pensamentos.	A função primária é a comunicação.
3 Correlato psicológico	A competência lingüística: a capacidade de produzir, interpretar e julgar sentenças.	A competência comunicativa: capacidade de interagir socialmente.

4 O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o estudo do desempenho.	O sistema lingüístico deve fazer parte do seu uso em contexto de comunicação.
5 Língua e contexto	As sentenças da língua devem ser descritas independentes do uso lingüístico.	A descrição das unidades lingüísticas deve fornecer dados de contato com o contexto onde ocorre a comunicação.
6 Aquisição da linguagem	A aquisição lingüística é inata e o <i>input</i> de dados é restrito e não estruturado.	A aquisição da linguagem não é inata e o <i>input</i> de dados é ilimitado e estruturado.
7 Universais lingüísticos	Os universais lingüísticos são propriedades inatas do organismo humano, biológico e psicológico.	Os universais lingüísticos não são propriedades inatas, pois são considerados dados inerentes do uso lingüístico.
8. Relação entre sintaxe, semântica e pragmática	A sintaxe é autônoma com relação à semântica; sintaxe e semântica são autônomas com relação à pragmática e as prioridades vão para a sintaxe, passando pela semântica, até chegarem à pragmática.	A pragmática é o quadro no qual devem ser estudados a sintaxe e a semântica. Daí o porquê destas serem subordinadas à pragmática.

(DIK, 1981, p. 4-5)³

A partir do quadro acima, retirado de Heine (2005, p. 3), (em (1)) se depreende que o paradigma formal conceitua a língua como um grupo de sentenças que pode ser estudado em um sistema lingüístico abstrato, em que se destacam as propriedades internas da língua, sem referir-se à função social.

Na coluna (2), verifica-se a função primária da língua, na qual, tanto para a Lingüística Formal como para a estrutura cartesiana, ocorre a restrição à expressão do pensamento, o que representa, portanto, a ausência da interação humana.

Na coluna (3), entende-se que, para o formalismo, o psicológico da língua é a competência lingüística, entendida, conforme Chomsky (1965), como a capacidade lingüística de o falante produzir, interpretar e julgar sentenças desconhecidas. Tal habilidade é sinalizada por Figueroa (1994, p. 23) como uma capacidade formal que se limita ao sistema lingüístico *stricto sensu*. Entretanto, segundo Heine (2005, p. 8), no funcionalismo, esse correlato psicológico é a competência comunicativa, habilidade social, capacidade lingüístico-social de um falante relacionar-se satisfatoriamente na comunicação, o que pressupõe que ele seja capaz de gerar frases, de selecioná-las, adequando-as habilidosamente às convenções da interação verbal que prevalecem em uma comunidade lingüística (NEVES, 1994, p. 44).

³ Este confronto vem sendo formulado por Dik desde 1978. No Brasil, é pesquisado, sobretudo, por Neves (1994c, 1997).

Em (4) e (5), compreende-se que a Lingüística formal bem como a estrutura cartesiana contemplam o estudo da competência lingüística sobre o desempenho; demonstra, na verdade, uma lingüística que situa a língua no cérebro do ser humano (FIGUEROA, 1994, p. 23), não priorizando o desempenho lingüístico que, mesmo destinado ao uso concreto da língua, refere-se, apenas, às sentenças aceitáveis no uso lingüístico. Nesse sentido, a prioridade pela competência lingüística conduz à descrição de sentenças de forma descontextualizada, sem sinalizar o contexto de uso.

Nas colunas (6) e (7), faz-se referência aos aspectos sobre a aquisição da linguagem e os universais lingüísticos. São proposições relacionadas aos formalistas e à estrutura cartesiana, fundamentadas no caráter inato da espécie humana. Nessa perspectiva, entende-se que a língua adquirida por uma criança é resultado do desencadear de um dispositivo inato alicerçado na gramática universal (GU), compreendida como o órgão biológico que evolui no indivíduo como qualquer outro. Assim, é o estágio inicial do mecanismo de aquisição da linguagem, que se constitui de princípios, entendidos como leis válidas para todas as línguas naturais e parâmetros, propriedades que uma língua pode ou não apresentar e que são responsáveis pela diferença entre as línguas. Registra-se, ainda, que os princípios e os parâmetros mostram-se restritos e sem valores fixos, condicionados a um estágio lingüístico inicial, ainda não estruturado. Autores como Miotto (2004, p. 33) postulam a idéia de que a associação dos princípios da GU com certos valores paramétricos gera um sistema gramatical particular, melhor dizendo, uma dada língua. Entretanto, para a criança promover o desabroche de um sistema lingüístico, precisa estar exposta à língua, embora esse não seja fator propulsor à aquisição lingüística, pois se alicerça em bases genéticas. Já o paradigma funcional, fundamentado nas idéias hegelianas, defende a hipótese de que a criança vai adquirindo a língua gradativamente, à medida que vai desenvolvendo as suas habilidades lingüísticas em sociedade. Essa idéia sustenta o ponto de vista de que a aquisição ocorre em contextos de uso heterogêneos, que se estruturam, o que pode ser mais bem entendido a partir da seguinte proposição:

A criança desenvolve o sistema lingüístico subjacente ao uso mediante exposição a um conjunto de dados em contextos naturais. Segue-se daí que os universais devem ser explicados em termos de condições próprias dos objetivos da comunicação, da constituição psicológica e biológica dos falantes e do contexto situacional em que se usa a língua. (PEZATI, 2004, p. 169)

Na última parte do quadro, coluna (8), o paradigma formalista prioriza a sintaxe em relação aos diferentes níveis gramaticais, por meio da argumentação de que a gramática se estrutura em diferentes módulos, dentre esses, a sintaxe é o componente lingüístico de maior poder da linguagem. Para Figueroa (1994, p. 23), essa ênfase na sintaxe é de conformidade com a estrutura cartesiana que prioriza a forma abstrata sobre as funções humanas. Na Lingüística Funcional, a sintaxe perde o *status* de componente autônomo, por não conseguir explicar todas as possíveis formas de organização da linguagem, sendo então, segundo Pezati (2004, p. 214), dependente crucialmente das dimensões semântica e pragmática da linguagem. Ademais, nessa perspectiva funcional, não se contemplam os diferentes níveis lingüísticos, quais sejam: fonológico, morfológico, sintático e semântico, pois o que é considerado relevante é a língua em seu contexto de uso, com base em produções lingüísticas autênticas (MARCUSCHI, 1994), daí o seu caráter interacional com destaque nos interesses pragmáticos.

Deduz-se, com relação ao paradigma formalista, tratar-se de um ponto de vista que contraria as novas perspectivas, à medida que as referências da atualidade postulam a autenticidade das produções lingüísticas, considerando, sobretudo, a língua em seu contexto de uso.

1.3 A ESCOLA LINGÜÍSTICA DE PRAGA

Escola Lingüística de Praga é a designação dada a um grupo de estudiosos que iniciaram sua atuação antes de 1930 e, para os quais, a linguagem, acima de tudo, permite ao homem reação e referência à realidade extralingüística. As frases são vistas como unidades comunicativas que veiculam informações, ao tempo em que estabelecem ligação com a situação de fala e com o próprio texto lingüístico. Como já foi dito anteriormente, o contexto situacional acaba por definir a escolha do registro lingüístico.⁴

⁴ A partir do contexto situacional, o falante seleciona o *registro* a ser utilizado em sua atuação lingüística. Suas escolhas no ato comunicacional estão ligadas ao papel que assume na interação verbal. Assim, a escolha depende, portanto, da intenção do falante, da forma que ele considera adequada para emitir sua informação pragmática e de

A abordagem da Escola de Praga é caracterizada como uma das vertentes mais expressivas do estruturalismo funcional. Segundo Heine (2004), o estruturalismo, embora seja sinalizado como um dos principais representantes do formalismo lingüístico, possui também ligações estreitas com o funcionalismo lingüístico, visto que o cerne de sua fundamentação teórica foi inicialmente sistematizado pelo grupo de lingüistas que representam a Escola Lingüística de Praga, nome dado às teorias e métodos do Círculo Lingüístico de Praga que ocorreu em 1928. Essa Escola, reconhecidamente significativa para os estruturalistas, foi criada pelo checo Mathesius (1964), seu mentor, e agrupou também pesquisadores estrangeiros, entre os quais os franceses Tesnière (1959), Martinet (1976, 1994, 1995), Benveniste (1989, 1995), o austríaco Bühler (1965) e os russos Jakobson (1989) e Trubetzkoy (1939). As suas principais teorias estão sintetizadas nos *Travaux du Cercle Linguistique de Prague* (1929-1938), nos quais revelam uma nítida ligação com alguns dos princípios de Saussure (1961), tais como: a oposição à atitude historicista do século XIX, a atitude estrutural da língua, a dicotomia significante-significado e a noção de sistema lingüístico. Os pesquisadores de Praga, apesar do respaldo saussuriano, ultrapassam a concepção de comunicação do mestre genebrino, *ao realçar a importância do contexto verbal ou não-verbal, inclusive o conhecimento respectivo dos interlocutores, para a interpretação das unidades lingüísticas* (ILARI, 1992, p. 25).

Em linhas gerais, os membros da Escola Lingüística de Praga, inspirados pelo conceito saussuriano de língua como um sistema, propunham estudá-la como um sistema funcional. Para esses estudiosos, a língua era ao mesmo tempo sistema e função e o objetivo final desses trabalhos era a comunicação, como explica Weedwood (2002, p. 138):

O aspecto mais característico da Escola de Praga é sua combinação de estruturalismo com funcionalismo. Funcionalismo aqui entendido como uma apreciação da diversidade de funções desempenhadas pela língua e um reconhecimento teórico de que a estrutura das línguas é, em grande parte, determinada por funções características.

Vale ressaltar que a evolução sinalizada pela Escola Lingüística de Praga contemplou as investigações de Jakobson (1989) entre o ato lingüístico e as funções da linguagem, proposta teórica complementar ao trabalho de Bühler (1965). Assim, ao se focalizar essa

como ele deseja que o destinatário a receba e retorne a ele. O registro é entendido como a utilização da língua, de acordo com normas de uso. Segundo Halliday (1976, p. 114-117), os registros distinguem-se, de acordo com o campo do discurso (o assunto), o modo do discurso (o papel desempenhado pela atividade lingüística numa situação), e o estilo do discurso (as relações entre os participantes do discurso).

Escola, deve-se procurar entender os seus aspectos funcionais. Para tanto, registra-se de maneira breve, a natureza dos pronomes, com base em Benveniste.

Benveniste (1995, p. 227-283) discute a natureza dos pronomes a partir do ponto de vista das gramáticas tradicionais. Nessa perspectiva, essas formas pronominais, em suas diferentes categorias (pronomes pessoais, pronomes demonstrativos etc), pertencem a uma única classe. Considerando sua efetivação, o referido lingüista posiciona-se contra a abordagem tradicional, pois os pronomes funcionam no discurso, distintamente entre si. Ou seja, a ocorrência desses elementos lingüísticos mostra que eles não podem estar juntos em um mesmo paradigma, visto que podem inserir-se, tanto no domínio da sintaxe, como no domínio das *instâncias de discurso*, entendidas como *os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra* (BENVENISTE, 1995, p. 277). Nesse sentido, tais instâncias representam a língua em sua enunciação, que corresponde ao seu funcionamento, por meio de um ato individual de utilização por parte de um interlocutor. No processo do ato individual, o locutor apropria-se da língua como um instrumento, a fim de anunciar a sua posição de locutor, e, por conseqüência, institui o outro diante de si, como o seu alocutário (BENVENISTE, 1989, p. 81).

Salienta-se que apesar de Benveniste (1995) focalizar aspectos da língua em uso, demonstra claramente que a substituição pronominal só se concretiza a partir de elementos materiais do enunciado, e exclui de suas perspectivas, as correferências cognitivas ou ainda as correferências recuperadas no contexto extralingüístico. Entretanto, representa um segmento de trabalho com possibilidades de desenvolver-se na trilha do discurso.

1.4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO

Assim, a partir das sinalizações sobre o paradigma formal e funcional da língua, entende-se que, a partir das idéias de Martinet, o funcionalismo ganha mais espaço e tem seu crescimento nos anos 70, quando houve uma proliferação da Lingüística; período em que se questiona o funcionalismo e suas teorias, considerando se seria melhor: funcionalismo ou gerativismo. Renomados autores, como Halliday (1974, 1975, 1976, 1985), dentre outros, propõem uma teoria funcionalista sistêmica, buscando estabelecer relações entre todas as escolhas semanticamente relevantes, feitas na língua como um todo, procurando chegar, dessa forma, ao entendimento de por que um falante escolher determinados itens dentre os tantos disponíveis na língua para fazer o seu enunciado. Para o autor, o sistema lingüístico está

intrinsecamente ligado ao sistema social, ao uso.⁵ Entende-se, assim, que a partir do contexto situacional, o falante seleciona o registro a ser utilizado em sua atuação lingüística. Suas escolhas no ato comunicacional estão ligadas ao papel que assume na interação verbal. A escolha depende, então, da intenção do falante, da forma que ele considera adequada para emitir sua informação pragmática e de como ele deseja que o interlocutor a receba e retorne a ele.

Nessa perspectiva, o estudo seriam as diversas teorias e o objeto é o fenômeno lingüístico; para Halliday, as correntes podem ser complementares, uma vez que essas podem ser estudadas uma ao lado da outra, como defende Mary Kato (1998), gerativista que fez trabalho com Castilho que é funcionalista. Estruturalismo e Funcionalismo estão ligados, e não deve haver comparação que separe uma corrente da outra. Não são excludentes, à medida que determinados estudos moldam-se mais ao funcionalismo ou ao estruturalismo, ainda que haja um funcionalismo moderado e outro extremado. O primeiro não se preocupa com as exigências formais do segundo. Dessa forma, torna-se impossível caracterizar a unificação de funcionalismo, pois o que se depreende é que há, na verdade, modelos funcionalistas que em alguns momentos assemelham-se, mas também se divergem.

As abordagens formalista e funcionalista constituem foco de polêmica, gerando controvérsias em relação aos seus objetos de estudo. As reflexões de Dillinger (1991), sobre essas discussões, analisam melhor as propostas desses paradigmas lingüísticos, chegando à seguinte conclusão: formalismo e funcionalismo tratam do mesmo objeto de estudo – a linguagem humana, que é estudada através de diferentes fenômenos. Dessa forma, o estudo de um e outro aspecto são complementares e igualmente necessários. Essa posição é também presente na relação fala-escrita, atualmente vista a partir de um *continuum* tipológico de gêneros textuais; parece ser uma tendência dos estudos lingüísticos modernos, que refutam, na verdade, as grandes controvérsias dicotômicas que têm as suas raízes na Antiguidade Clássica.

5 O sistema provê todos os elementos necessários para que a língua possa ser utilizada em situações concretas de uso por falantes concretos, mas é também, a partir dos fatores externos, que o falante deverá proceder para determinar suas escolhas. O que se deduz que cada indivíduo faz parte de um grupo social e usa a língua em situações variadas para atingir diferentes objetivos.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LINGÜÍSTICA DE TEXTO

Kaspar Hauser: linguagem, mundo, realidade, percepção, significação, cognição... Assim é que, procurando desvendar os enigmas do filme de Herzog, fui sendo levado, pouco a pouco, a revisitar um antigo e problemático tema, situado num entroncamento por onde passam a lingüística, a semiologia, a antropologia, a teoria do conhecimento etc.: trata-se da relação entre língua, pensamento, conhecimento e realidade. Até que ponto o universo dos signos lingüísticos coincide com a realidade “extralingüística”? Como é possível conhecer tal realidade por meio dos signos lingüísticos? Qual o alcance da língua sobre o pensamento e a cognição? (BLIKSTEIN, 1981, p.17)

A citação apresentada na epígrafe deste trabalho defende a tese de que a realidade identificada é um produto de nossa percepção cultural, à medida que os objetos são definidos por práticas culturais e o processo de conhecimento é regulado por uma interação contínua entre práxis, percepção e linguagem. Assim, o fato de o referente ser extralingüístico (*objeto mental, unidade cultural*) não deve ser posto em segundo plano pela Lingüística,

considerando que o mesmo está situado atrás, ou antes, da linguagem, como um evento cognitivo, produto de nossa percepção. Segundo o autor, é na dimensão da percepção-cognição que se constroem os referentes, os quais vão condicionar o evento semântico.

Essa questão ativa pressupostos que têm preocupado os estudiosos da significação e da linguagem, no sentido de se desvendar o alcance da língua sobre o pensamento e a cognição, fato que, hoje, constitui um dos principais objetos de estudo da Linguística Textual.

2.1 SURGIMENTO DA LINGÜÍSTICA DE TEXTO

A Linguística de Texto, ramo da ciência da linguagem, começa a desenvolver-se na década de 60, na Europa e, de modo especial, na Alemanha. Surge como uma das vertentes do funcionalismo lingüístico entendido como o paradigma de estudos que concentram os seus pressupostos no contexto de uso, em outras palavras, pesquisas fundamentadas no efetivo exercício lingüístico, que envolvem falantes concretos, sem recorrer a um falante ideal. Dessa forma, a Linguística de Texto surge rompendo com as limitações teórico-metodológicas da Linguística Formal e procura penetrar no mecanismo de produção, construção, funcionamento e recepção de textos orais ou escritos.

Na constituição da Linguística de Texto, não há um desenvolvimento homogêneo, seu surgimento ocorre de forma independente, em vários países de dentro e de fora da Europa Continental, de maneira simultânea e com propostas teóricas diversificadas, dentre elas, a idéia de que sua hipótese de trabalho se orienta por considerar o texto como objeto particular da investigação lingüística, por ser ele a forma específica de manifestação da linguagem (MARCUSCHI, 1983, p. 12). Embora a Linguística Textual não apresente uma cronologia de suas fases, é possível distinguir três fases diferentes que englobam as preocupações teóricas, referentes a esse ramo da ciência da linguagem.

Segundo Koch (1993, p. 11), nos anos 70, a Linguística Textual encontra-se ainda presa à gramática estrutural, pela preocupação em descrever os fenômenos sintático-semânticos correntes entre as frases; por isso, sua denominação primeira, *análise transfrástica*, em que se examinam as relações *interfrásticas*, com destaque nos aspectos *correferenciais*, sem ainda considerar os elementos pragmáticos. As relações referenciais limitavam-se aos processos *correferenciais* (anafóricos e catafóricos, dentre outros), operantes entre dois ou mais elementos textuais. Não se mencionavam, ainda, os fenômenos

remissivos *não-correferenciais*, as anáforas associativas e indiretas e outros que hoje constituem alguns dos principais objetos de estudo da Lingüística Textual. Assim, há a ocorrência de uma gradual ampliação do objeto de análise da Lingüística Textual, mas também um progressivo afastamento da influência teórico-metodológica da Lingüística Estrutural saussuriana.

Como ilustração de um conceito significativo da Lingüística Textual, independente de suas fases, vale ressaltar uma definição em que o renomado teórico registra:

Proponho que se veja a Lingüística do Texto, mesmo que provisória e genericamente, como *o estudo das operações lingüísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais*. Seu tema abrange *a coesão superficial* ao nível dos constituintes lingüísticos, *a coerência conceitual* ao nível semântico e cognitivo e o sistema de pressuposições e implicações ao nível pragmático da produção do sentido no plano das ações e intenções. Em suma, a Lingüística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a *organização linear* que é o tratamento estritamente lingüístico abordado no aspecto da coesão e, por outro, deve considerar *a organização reticulada ou tentacular*, não linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas. (MARCUSCHI, 1983, p. 12, 13)

Com base nessa definição, entende-se que a Lingüística de Texto toma como objeto particular de investigação não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos lingüísticos que só podem ser explicados no interior do texto.

2.2 FASES DA LINGÜÍSTICA DE TEXTO

Na perspectiva de atender aos propósitos deste trabalho, apresenta-se cada uma das fases da Lingüística Textual, acrescidas de concepções de texto, citadas por Heine (2005).

2.2.1 Primeira fase

Em sua primeira fase, o interesse predominante da Lingüística Textual é direcionado

para a *análise transfrástica*, isto, é para fenômenos que não conseguiam ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou pelas teorias semânticas limitadas ao nível da frase.

Na análise transfrástica, parte-se da frase para o texto, em virtude da preocupação com as relações que se estabelecem entre as frases e os períodos, de forma que se construa uma unidade de sentido, em que é perceptível a existência de fenômenos que não conseguiam ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou pelas teorias semânticas, ou seja, o fenômeno da co-referenciação ultrapassa a fronteira da frase e só pode ser melhor compreendido no interior do texto. Assim, é que a partir de Harris (1952, apud MARCUSCHI, 2003) exemplifica-se:

“Um texto compõe-se de uma seqüência de expressões ou sentenças ligadas, podendo ir desde sentenças de uma só palavra até uma obra em vários volumes. Parte de uma noção intuitiva de texto como seqüência de morfemas ou sentenças ligados de alguma forma como um todo”.

A partir dessa concepção, limitada à imanência do sistema lingüístico, segue-se a concepção de construção do sentido global da seqüência, estabelecendo mentalmente as relações argumentativas adequadas entre os enunciados. Assim, por ter sido necessário considerar, na construção do sentido global do enunciado, o conhecimento intuitivo do falante, acerca das relações a serem estabelecidas entre sentenças, aliados ao fato de que nem todo texto apresenta o fenômeno da co-referenciação, constituíram-se em fortes motivos para a construção de outra linha de pesquisa, que não considerasse o texto apenas como uma simples soma ou lista dos significados das frases que o constituem.

2.2.2 Segunda fase

Sinaliza-se então, a segunda fase da Lingüística Textual, em que se tem como objetivo a elaboração de gramáticas textuais. Nessa fase, apesar da ampliação do objeto dos estudos da ciência da linguagem, as gramáticas textuais representaram um projeto de reconstrução do texto como um sistema uniforme, estável e abstrato. Postulava-se, ainda, o texto como unidade teórica formalmente construída, em oposição ao discurso, unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída.

Como sinalizado anteriormente, não se registra, de maneira específica, o aspecto cronológico entre a primeira fase da Lingüística de Texto (*análise transfrástica*) e as

propostas de elaboração de gramáticas textuais, mas salientam-se diferentes autores, como Lang (1971, 1972), Dressler (1972, 1977), Dijk (1972, 1973) e Petôfi (1972, 1973, 1976), na elaboração de gramáticas textuais e que essas surgiram com o propósito de refletir sobre fenômenos lingüísticos inexplicáveis através de uma gramática do enunciado. Nesse sentido, toma-se como pontos comuns entre esses autores a consideração de que não há uma continuidade entre frase e texto, porque ocorre nos textos uma diferença de ordem qualitativa e não quantitativa, visto que o sentido de um texto constitui um todo que é diferente da soma das partes. Acresce-se, ainda, que os autores consideram o texto como a unidade lingüística mais elevada, a partir da qual seria possível chegar, por meio de segmentação, a unidades menores a serem classificadas. Outro ponto em comum entre esses autores é o fato de se considerar que todo falante nativo possui um conhecimento acerca do que seja um texto, pois o falante conhece não só as regras de utilização de pronomes, tempos verbais etc, como também sabe reconhecer quando um conjunto de enunciados constitui um texto ou quando se constitui em um conjunto aleatório de palavras ou sentenças. Assim, no sentido das regras subjacentes às relações interfrásticas, cita-se a seguinte definição de texto: “Texto é uma sucessão de unidades lingüísticas constituída por uma cadeia pronominal ininterrupta” (HARWEG, 1968, apud MARCUSCHI, 1983).

A partir dessa definição, entende-se que um falante nativo é capaz de resumir e/ou parafrasear um texto, perceber se ele está completo ou incompleto, atribuir-lhe um título ou produzir um texto a partir de um texto dado. Dessa forma, todo falante possui três capacidades textuais básicas, a saber:

a) capacidade formativa, que lhe permite produzir e compreender um número potencialmente elevado e ilimitado de textos inéditos e que também lhe possibilita a avaliação, com convergência da boa ou má-formação de um texto dado;

b) capacidade transformativa que o torna capaz de reformular, parafrasear e resumir um texto dado, bem como avaliar, com convergência, a adequação do produto dessas atividades, em relação ao texto a partir do qual a atividade foi executada;

c) capacidade qualificativa, que lhe confere a possibilidade de tipificar, com convergência, um texto dado, isto é, dizer se ele é uma descrição, narração, argumentação etc., e também a possibilidade de produzir um texto de um tipo particular.

Essa competência textual explica de maneira plausível a elaboração de uma gramática textual que deveria ter basicamente as seguintes tarefas: a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, determinando seus princípios de constituição, os fatores responsáveis

pela sua coerência e as condições em que se manifesta a textualidade; b) levantar critérios para a delimitação de textos, visto que a completude é uma de suas características essenciais; c) diferenciar as várias espécies de texto (KOCH, 2006, p. 6).

Nesse período de amadurecimento dos lingüistas, é significativo ressaltar que a idéia de elaboração de gramáticas textuais foi influenciada, em sua origem, pela expectativa gerativista. Essa gramática seria semelhante à gramática de frases proposta por Chomsky, um sistema finito de regras, comum a todos os usuários da língua que lhe permitiria dizer, de forma coincidente, se uma seqüência lingüística é ou não um texto, é ou não um texto bem formado. Desse conjunto de regras internalizadas pelo falante é que se constitui a competência textual.

Assim, apesar de todos os esforços dos lingüistas, não se conseguiu construir um modelo teórico capaz de garantir um tratamento homogêneo aos fenômenos da linguagem. Então, a preocupação dos pesquisadores deslocou-se para outra questão: em vez de dispensarem um tratamento formal e exaustivo ao objeto texto, os estudiosos começaram a elaborar uma teoria do texto, que, ao contrário das gramáticas textuais, preocupadas em descrever a competência textual de falantes e ouvintes idealizados, propõe-se a investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso.

Nessa perspectiva, o texto passa a ser estudado dentro de seu contexto de produção e a ser compreendido não como um produto acabado, mas como um *processo*, resultado de operações comunicativas e processos lingüísticos em situações sócio-comunicativas; parte-se, assim, para a elaboração de uma teoria do texto.

2.2.3 Terceira fase

Esse é um período denominado terceira fase da Lingüística Textual. Nessa fase, dá-se ao texto um tratamento no seu contexto pragmático, ou seja, a investigação se estende do texto ao contexto, sendo esse último entendido como o conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos. Segundo Marcuschi (1998^a), no final da década de setenta, a palavra de ordem não era mais a gramática de texto, mas a noção de textualidade, compreendida por Beaugrande como um múltiplo de conexão ativado toda vez que há eventos comunicativos. As mudanças ocorridas em relação às concepções de língua (não mais vista como um sistema virtual, mas como um sistema atual, em uso efetivo em

contextos comunicativos), às concepções de texto (não mais visto como um produto, mas como um processo), e em relação aos objetivos a serem alcançados (a análise e explicação da unidade texto em funcionamento ao invés da análise e explicação da unidade texto formal, abstrata), fizeram com que se passasse a compreender a Lingüística de Texto como uma disciplina essencialmente interdisciplinar, em função das diferentes perspectivas que abrange bem como dos interesses que a movem. Ou ainda, mais atualmente, segundo Marcuschi (1998^a), pode-se desenhar a Lingüística de Texto como uma disciplina de caráter multidisciplinar, dinâmica, funcional e processual, considerando a língua como não-autônoma nem sob seu aspecto formal. O objeto da Lingüística Textual está atrelado às escolhas que compartilham pressupostos teóricos passíveis de serem reconhecidas, estabelecendo relações de proximidade e complementaridade, a depender do objetivo do que se queira desvendar em uma pesquisa de texto.

Heine (2005) apresenta concepções de texto a partir de alguns autores da Lingüística de Texto registradas da seguinte forma:

“Um texto é um evento lingüístico, social e cognitivo, de natureza comunicativa, falado ou escrito, de qualquer extensão, organizado de acordo com os princípios morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos e cognitivos das línguas envolvidas”.

(MARCUSCHI, 2003)

“Texto é visto como um evento comunicativo em que convergem as ações lingüísticas, cognitivas e sociais e não apenas seqüências de palavras que são faladas ou escritas”.

(BEAUGRANDE, 1997)

“Texto é visto no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção, como resultado parcial de uma atividade comunicativa que tem lugar na mente e que é posta em ação em situações concretas de interação social”.

(KOCH, 1997)

“Texto é o lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais; ele é um evento, em que convergem ações lingüísticas, cognitivas e sociais. Isso significa que o texto se consubstancia na língua, mas não se esgota nela; em outras palavras, entende-se que o texto se manifesta lingüisticamente, mas de forma alguma isso significa que ele se reduz a um depósito de frase, formadas de elementos de significação estável, que devem ser decodificadas pelo interlocutor.”

(KOCH, 2002)

Com base nessas concepções, o texto passa a ser compreendido como um processo considerado a partir de suas condições de produção e de recepção. Em outros termos, trata-se de compreender o texto no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção (KOCH, 1997, p. 21).

Concernente ainda a essa idéia de texto, esta pesquisa filia-se, também, em uma concepção do texto como processo cognitivo de co-construção do enunciador e do enunciatário, que sinaliza diferentes tipos de conhecimento, uma concepção dinâmica do significado, de acordo com entradas léxicas, um potencial significativo que se ativa no texto, na perspectiva da análise lingüística. Essas entradas são ativadas em função de um saber enciclopédico conceitual armazenado na memória, sob forma de modelos cognitivos (MARCUSCHI, 2005).

2.3 ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS DA LINGÜÍSTICA DE TEXTO

A concepção cognitivista impulsiona a Lingüística Textual a uma concepção de texto, em que Beaugrande e Dressler (1981) procuram conceituar o que seja textualidade, definida como “o que faz com que um texto seja um texto”, com base no que denominam de critérios de textualidade.

As considerações teóricas neste estudo centram-se na Lingüística Textual, considerando suas fases, como já apresentadas anteriormente, e suas ocorrências. Assim, ao discorrer sob uma perspectiva sócio-cognitivo-interacionista, entende-se que as ciências cognitivas clássicas vêm trabalhando com uma diferença nítida e estanque⁶ entre os processos cognitivos que ocorrem dentro da mente dos indivíduos e os processos que ocorrem fora dela. Para o cognitivismo interessa explicar como os conhecimentos que um indivíduo possui estão estruturados em sua mente e como eles são acionados para resolver problemas postos pelo ambiente. Entender a relação entre cognição e cultura seria, portanto, entender quais conhecimentos os indivíduos devem ter para agir adequadamente dentro de sua cultura. Nesse sentido, a cultura é subsidiária e dependente do conjunto de mentes que a compõem. Dessa forma, a concepção de mente desvinculada do corpo, característica do cognitivismo clássico, que predominou nas ciências cognitivas e também na Lingüística, começa a se enfraquecer, quando várias áreas das ciências, como a Neurobiologia, a

⁶ Silva (2004, p. 4) observa que o estudo focalizado na cognição não implica uma perspectiva das mentes como entidades descontextualizadas, a focalização na conceptualização e noutras bases cognitivas da linguagem não implica a exclusão nem a secundarização dos fatores internacionais, sociais e culturais, não implica uma perspectiva descontextualizada da estrutura lingüística, pelo contrário, as mentes individuais não são entidades autônomas, mas corporizadas-encarnadas e interativas com o seu meio; e é através dessa interação e acomodação mútua que a cognição e a linguagem surgem, se desenvolvem e se estruturam. Não existe, pois, propriamente, linguagem humana independentemente do contexto sócio-cultural. Mas não é menos verdade que a linguagem reside primariamente nas mentes individuais, sem as quais a interação lingüística não poderá ocorrer.

Antropologia e também a própria Lingüística dedicam-se a investigar com mais vigor essa relação e constataam que muitos dos nossos processos cognitivos têm por base a percepção e a capacidade de atuação física no mundo.

Assim, compreende-se que a relação que se estabelece entre linguagem e cognição é estreita e de mútua constitutividade, à medida que não há possibilidades integrais de pensamento ou domínios cognitivos fora da linguagem, nem possibilidades de linguagem fora de processos interativos humanos. Sendo assim, a linguagem é tida como o principal mediador da interação entre as referências do mundo biológico e as referências do mundo sociocultural (MORATO, 2001 apud KOCH, 2006, p.32).

Nessa perspectiva, amplia-se a noção de contexto, tão significativa à Lingüística Textual, pois, se, inicialmente, quando das análises transfrásticas, o contexto era visto apenas como co-texto, quando da introdução da pragmática, abrangendo primeiramente a situação comunicativa e, posteriormente, o entorno sócio-histórico-cultural, representado na memória por meio de modelos cognitivos, ele passa a constituir, agora, a própria interação e seus sujeitos, ou seja, o contexto constrói-se, notadamente, na própria interação. Na concepção interacional (*dialógica*) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores como sujeitos ativos que - dialogicamente - nele se constroem e são construídos. Nessa perspectiva, há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos. A produção de linguagem constitui atividade interativa altamente *complexa* de produção de sentidos, que se realiza com base nos elementos lingüísticos presentes na superfície textual. Assim, o contexto reúne todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos atuantes sociais, que necessitam ser mobilizados por ocasião do intercâmbio verbal: o conhecimento lingüístico, o conhecimento enciclopédico, o conhecimento da situação comunicativa e de suas *regras* (situacionalidade), o conhecimento superestrutural ou tipológico (gêneros e tipos textuais), o conhecimento estilístico (registros, variedades de língua e sua adequação às situações comunicativas), bem como o conhecimento de outros textos que permeiam nossa cultura (intertextualidade), referentes aos fatores que estabelecem a utilização de um texto dependente do conhecimento de um ou mais textos previamente encontrados. Sobre a intertextualidade ilustra-se o que revela Barthes (1974, apud KOCH, 1997).

“O texto redistribui a língua. Uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos, que existiram ou existem ao redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele mesmo; todo texto é um

intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis.”

Nessa acepção, concebe-se o contexto como constitutivo da própria interação pela linguagem. É nesse sentido que certos enunciados são gramaticalmente ambíguos, mas o contexto se encarrega de fornecer condições para uma interpretação unívoca, à medida que o contexto elimina a ambigüidade; o contexto permite preencher as lacunas do texto, por meio de inferências, pontes; os fatores contextuais podem alterar o que se diz, tendo em vista que tais fatores se incluem entre os que explicam por que se disse isso e não aquilo. Sob essa perspectiva, falar de discurso implica considerar fatores externos à língua, algo do seu exterior, para entender o que nela é dito, que por si só seria insuficiente.

Segundo Koch (2007), a Linguística Textual traz subsídios indispensáveis para a realização de atividades que tenham como objeto de estudo os recursos lingüísticos e as condições discursivas que presidam a construção da textualidade e, em decorrência, a produção textual dos sentidos, o que significa uma revitalização do estudo da gramática não mais como um fim em si mesma, mas com o objetivo de se evidenciar de que modo o trabalho de seleção e combinação dos elementos lingüísticos nos textos que se lêem e se produzem, dentro das variadas possibilidades que a gramática da língua põe à disposição, constitui um conjunto de decisões que servirão de orientação na busca pelo sentido.

Dessa forma, é necessário aos produtores de textos o domínio de uma série de estratégias de organização da informação e de estruturação textual. A continuidade de um texto resulta de um equilíbrio variável entre dois movimentos fundamentais: retroação e progressão. Assim, segundo Koch (2007, p. 12), a informação semântica contida no texto se distribui em dois grandes blocos: *o dado e o novo* cuja disposição e dosagem interferem na construção do sentido. A informação dada (a que o produtor do texto apresenta como dada) tem por função estabelecer os pontos de ancoragem para o aporte da informação nova. A retomada dessa informação opera-se por meio de remissão ou referência textual, que leva à formação, no texto, de processos referenciais. Tais processos têm papel importante na organização textual, contribuindo para a produção do sentido. O emprego de um item anafórico implica uma pressuposição de conhecimento partilhado e obriga o interlocutor a uma busca no contexto, cognitivo ou situacional. Assim, considera-se que o produtor do texto procede à seleção dos elementos lingüísticos que se mostram mais adequados ao seu projeto de dizer, seu emprego vai exigir do interlocutor a percepção do porquê da escolha feita, no contexto dado, com vistas à construção do sentido.

A dimensão sócio-interacional da linguagem e processos afins possibilitam o surgimento de uma série de questões pertinentes ao estudo da língua, entre as quais as diversas formas de progressão textual (referenciação, progressão referencial, formas de articulação textual, progressão temática, progressão tópica), o processamento sociocognitivo do texto, os gêneros, inclusive da mídia eletrônica, entre várias outras, como o estudo do fenômeno anafórico em seus vários tipos. Esse estudo que se apóia na Linguística de Texto apresenta o propósito de refletir sobre o fenômeno da anáfora, tendo como recorte a anáfora encapsuladora, a partir do funcionamento do determinante (Det) demonstrativo.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE REFERENCIAÇÃO E TIPOS DE ANÁFORA

3.1 CONCEPÇÃO TRADICIONAL DE REFERÊNCIA

O fenômeno da referência foi concebido originalmente como um processo de correspondência entre um termo lingüístico e um objeto pertencente ao mundo extralingüístico. Tal compreensão não considera o referente com base na explicação dos mecanismos de produção do significado que se fundamenta nas teorias sobre o significado, as quais são orientadas pela lógica, de acordo com a visão clássica da Filosofia da Linguagem. Entende-se que essa concepção tradicional baseia-se na objetividade em que um nome ou expressão usados como referência a uma entidade só terão real validade se estiverem ligados a uma relação direta e objetiva entre a linguagem e o mundo.

Um dos defensores da concepção tradicional de referência é o matemático e lógico Frege (1848-1925). Em seus postulados sobre sentido e referência, o estudioso considera que a referência de um nome é o próprio objeto designado por meio desse nome. A representação desse objeto pelas pessoas é subjetiva. Entre essa representação e a referência está o sentido

que, mesmo não sendo subjetivo quanto à representação, também não é o objeto. Em uma analogia o autor esclarece essa relação:

Comparo a própria lua à referência: ela é o objeto da observação, proporcionado pela imagem real projetada pela lente no interior do telescópio, e pela imagem retiniana do observador: A primeira, comparo-a ao sentido, a segunda, à representação ou intuição. A imagem no telescópio é, na verdade, unilateral; ela depende do ponto-de-vista da observação; não obstante, ela é objetiva, na medida em que pode servir a vários observadores. Ela poderia ser disposta de tal forma que vários observadores poderiam utilizá-la simultaneamente. Mas cada um teria sua própria imagem retiniana. Devido à diversidade da configuração dos olhos, mesmo uma congruência geométrica entre estas imagens dificilmente poderia ser obtida, e uma coincidência real seria impossível. (FREGE, 1978, p. 65-66)

Nessa comparação, de acordo com o autor, a lua é a referência. A imagem que as pessoas têm dela é o sentido. Caso seja mudada a posição do telescópio, uma face da mesma lua será vista por meio de outro sentido. Assim, distinguem-se os conceitos de sentido e referência. É indispensável fazer a distinção entre sentido e referência, para se entender a relação entre sinais ou nomes. Assim, entende-se que o sentido é o caminho para se chegar a uma referência no mundo. Uma mesma referência pode ser alcançada por mais de um sentido, e, embora cada sentido possa se expressar em pensamento diferente, a referência é a mesma.

A concepção tradicional de referência pretende sinalizar um dos problemas dessa concepção, que é a representação estática do conhecimento de mundo. Esse mundo estático e de correspondência biunívoca não constitui o ambiente em que a linguagem é usada. Assim, ao se considerar que o radicalismo teórico pouco acrescenta às pesquisas, então, a concepção clássica de referência deve e precisa ser revista, a fim de se construir em novas teorias. Ressalta-se que as teorias não são excludentes uma das outras, mas que há uma interlocução entre os conhecimentos capaz de impedir o radicalismo como estratégia de pesquisa teórica. Na perspectiva de aprofundamento, a presente pesquisa pondera acerca da concepção tradicional de referência, no sentido de se compreender a progressão desse fenômeno: *a referenciação, com a finalidade de se particularizar o uso de itens anafóricos.*

3.2 CONCEPÇÃO DE REFERENCIAÇÃO

A referenciação se constitui em uma atividade discursiva. O sujeito na interação opera sobre o material lingüístico que tem ao seu dispor, fazendo escolhas significativas para

representar estados de coisas, com vistas à concretização do seu projeto de dizer (KOCH, 1999; 2002). Isto é, os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer dizer.

Nessa abordagem, considera-se a referenciação, não como atividade de etiquetar seres, porém muito mais como uma atividade discursiva em que os referentes não são objetos do mundo, mas, sim, objetos de discurso. Assim, entende-se que a atividade discursiva implica uma visão não-referencial da língua e da linguagem. É essa também a posição de Mondada e Dubois (1995), que defendem como Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), Marcuschi (1998, 2000, 2003), Koch (2002) e Heine (2000), uma visão processual da referenciação, não aceitando a idéia de uma relação rígida entre a linguagem e o mundo. Bastante pertinente é o parecer de Koch e Marcuschi (1998, p. 4), citando Mondada e Dubois (1995), sobre a concepção de referenciação:

Não negamos a existência da realidade extra-mente, nem estabelecemos a subjetividade como parâmetro do real, nem damos à linguagem um poder criador de realidades. Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Nosso cérebro não é uma “polaroid semântica”. O cérebro é um aparato que reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. Nossa tese é a de que essa reelaboração ocorre essencialmente no discurso. Não postulamos uma reelaboração subjetiva, individual, em que cada qual pode fazer o que quiser: A reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. A isto chamamos de referenciação.

Essa concepção da referência pode ser ratificada em Apothéloz e Reicher-Béguelin (1995, p. 228) que explicitam: *De maneira geral, argumentaremos (...) em favor de uma concepção construtivista da referência (...); assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados objetos-de-discurso não preexistem naturalmente à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente culturais – desta atividade.*

Decorre dessa explicitação a proposta de substituir a noção de referência pela noção de referenciação, postulada por Mondada (2001, p. 9): *“A referenciação não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação instersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores”*. Nesse sentido, compreende-se que a referenciação constitui uma atividade discursiva, pois o sujeito, em circunstância da

interação verbal, realiza escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido Koch. Assim, as formas de referenciação, bem como os processos de remissão textual que podem se realizar por meio dessas formas, também consideradas como expressões nominais, constituem escolhas do sujeito em função de um querer dizer, não se confundindo com a realidade extralingüística, contudo construindo-a no próprio processo de interação.

Nesse contexto, a partir dos fundamentos dos já citados autores, entende-se que a questão da escolha das denominações não pode ser posta na relação entre a linguagem e o mundo, mas, sim, no interior do discurso. É por esse raciocínio a defesa de que o processamento do discurso realizado por sujeitos sociais atuantes é, segundo Koch (2007), um processamento estratégico. Assim, compreende-se que a noção de referência considera simplesmente a relação do termo lingüístico com o mundo extralingüístico, ao passo que a noção de referenciação pressupõe um processo que não fica limitado ao plano lingüístico: trata-se de um processo cognitivo, discursivo e interativo. É nessa perspectiva que este estudo assume a posição de Mondada e Dubois (1995), fazendo uso do termo *referenciação* em substituição à tradicional referência.

Assim, a referenciação bem como a progressão referencial é abordada na perspectiva da construção e reconstrução de objetos-de-discurso, conforme Apothéloz e Reicher-Béguelin (1995), os quais se posicionam a favor de uma visão dinâmica da referenciação, postulando a concepção do referente como um conjunto dinâmico de informações presentes no saber compartilhado no processo de interlocução. Para esses autores os objetos-de-discurso devem ser concebidos como produto da atividade cognitiva e interativa entre sujeitos falantes. Nesse sentido, Marcuschi (1998, p. 2) sinaliza que a progressão referencial ocorre por meio das várias relações que se estabelecem entre linguagem, mundo e pensamento.

3.3 O TEXTO: UNIDADE DE ANÁLISE CENTRADA NA REFERENCIAÇÃO ANAFÓRICA

Um dos aspectos centrais na Lingüística de Texto refere-se à seqüenciação dos enunciados e seus elementos, considerando a realização desses por dois processos de coesão

textual⁷ como uma variedade de estratégias. Esses processos podem ser vistos como a sequencialidade, realizada pelos elementos conectivos, e a referencialidade que estabelece a coesão textual, também, por meio de expressões nominais definidas, entre outros. É nesse aspecto que a *anáfora* assume um papel central aqui conceituada, em princípio, segundo Halliday e Hasan.

A *anáfora*, no sentido estrito⁸, foi pesquisada de forma sistemática por Halliday e Hasan (1976) que a conceberam na coesão textual. Em seu artigo *Estrutura e função da linguagem*, Halliday (1976, p.134-160) postulou para o sistema lingüístico a existência de três componentes semântico-funcionais: a) o ideacional; b) o interpessoal⁹; c) o textual. Dentre esses, a função textual é a responsável pela construção do texto em seus aspectos lingüístico-discursivos, visto que se preocupa com a construção das sentenças em sua organização textual, bem como de sua possibilidade de uso, por uma adequação significativa, a fim de se obter êxito no evento comunicativo. Nessa perspectiva, o texto constitui-se de três subcomponentes, quais sejam: a estrutura temática; a estrutura informacional; a estrutura coesiva. Com base no objetivo desta pesquisa, focaliza-se apenas a estrutura coesiva em que a *anáfora* tem um papel relevante para o estudo da referenciação.

A estrutura coesiva ocupa espaço singular na teoria dos lingüistas Halliday e Hasan, pois é nessa função textual que se encontra todo o alicerce teórico da textualidade da forma, como postulam os referidos estudiosos. Nesse contexto é que se origina o conceito de texto a partir deles: o texto é uma unidade em uso. Não é uma unidade gramatical, tal como uma frase ou uma sentença; não é definido por sua extensão. Em outras palavras, o texto é uma unidade *semântica*, não uma unidade de forma e sim de sentido. Através das informações desses autores, entende-se, também, que o texto não consiste apenas de adição de sentenças, mas é realizado por intermédio da soma de sentenças. Eles ressaltam que a unidade de texto é de outra natureza que a da sentença e que a textualidade depende, de forma significativa, de fatores responsáveis pela coesão textual.

A expressão *coesão textual* foi introduzida por Halliday e Hasan (1976, p. 5-7) para efeito de análise lingüística. Seu conceito refere-se aos fatores que dão suporte à estruturação

⁷ Quando se fala aqui em coesão textual, não se tem em vista apenas os elementos do co-texto lingüístico, mas aspectos do contexto que também processam esse tipo de costura, tal como a progressão temática por meio de associações anafóricas, entre outros. Esclarece-se, ainda, que a distinção entre coesão e coerência, embora mantida aqui, não deve ser entendida como dicotômica, mas interrelacionada.

⁸ A gramática gerativa também apresenta um enfoque sobre a *anáfora*. Entretanto, por questões de princípios e objetivos desta pesquisa, não se focalizará o assunto. Para um estudo desta questão, sinaliza-se Roberts (1995).

⁹ Os componentes ideacional e interpessoal, bem como a estrutura temática e a informacional não serão tratados aqui, tendo em vista a prioridade estabelecida para a estrutura coesiva.

da seqüência superficial do texto; não são simplesmente princípios sintáticos e sim uma espécie da sintaxe textual (MARCUSCHI, 1983, p. 25).

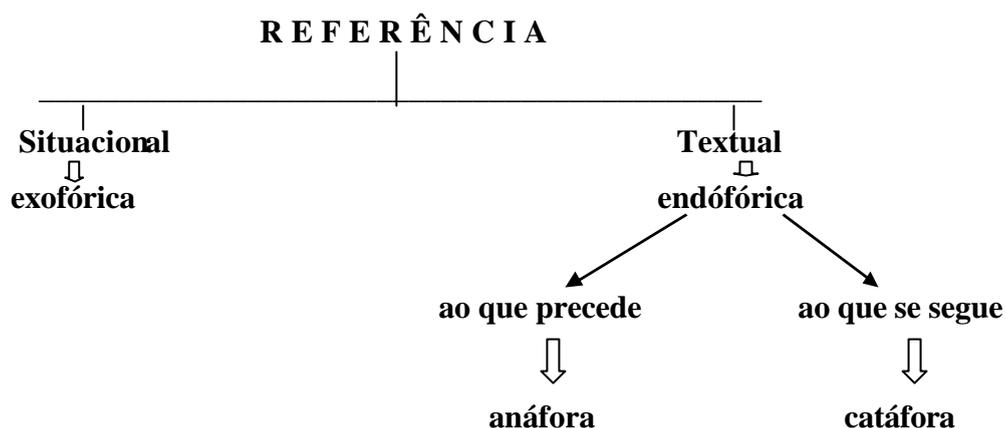
A partir de Halliday e Hasan, entende-se que a coesão ocorre quando da interpretação de algum elemento do discurso é dependente de outro. Um elemento pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro. Para eles, a coesão textual, por estabelecer relações de sentido entre as unidades lingüísticas que definem o texto, é uma relação semântica, embora expressa através do sistema léxico gramatical. A explicação para esse fenômeno é que “um texto não é uma unidade estrutural: e coesão, no sentido em que utilizam o termo, não é uma relação estrutural”. O uso do termo *coesão* refere-se a relações não-estruturais que formam o texto. Elas são relações semânticas e o texto é uma unidade semântica.

Como já referido anteriormente, Halliday e Hasan (1976, p. 322-324) identificam cinco tipos de coesão, dispostos em três categorias diferentes, a saber: 1) coesão gramatical, entre a referência, a substituição, a elipse; 2) coesão lexical; e 3) conjunção.

A noção de referência está ligada a conceitos essenciais à literatura lingüística que diz respeito à função pela qual um signo lingüístico se refere a um objeto do mundo extralingüístico, real ou imaginário (DUBOIS et al., 1973, p. 511). Essa acepção tem sido objeto de discussão entre filósofos, lógicos e lingüistas. Nesse enfoque, a referência é percebida como parte do significado de muitas palavras, constituindo-se, conseqüentemente, em questão central da *semântica*. Nessa perspectiva, situam-se todas as discussões em redor da relação “*linguagem e mundo*” ou “*linguagem e conhecimento de mundo*”¹⁰. Dessa forma, a referência está essencialmente ligada ao aspecto gramatical de uma língua, sendo definida, geralmente, como um processo, segundo o qual se estabelece uma relação semântica entre dois elementos textuais ou ainda entre um elemento textual e outro extralingüístico (VIEIRA, 1988, p. 165). E é nesse sentido que a referência é concebida por Halliday e Hasan, os quais postulam uma noção de referência calcada na relação direta entre entidades lingüísticas e objeto do mundo, visto que a restringe aos mecanismos endofóricos e exofóricos textuais. Assim, há certos itens que têm a propriedade de referência, ou seja, em vez de serem interpretados semanticamente por si sós, eles fazem referência a algo mais, para sua interpretação.

¹⁰ Por linguagem e mundo pode-se entender, pragmaticamente, o saber assistemático, construído pelas condições culturais partilhadas no ambiente em que o indivíduo esteja inserido. Por linguagem e conhecimento de mundo arrisca-se a explicar um saber comprometido e direcionado pelas condições de interesses sócio-econômicos, tendo como suporte as relações de poder político.

A informação, remetida a uma parte fora do discurso, refere-se a elementos extra-textuais, a um sujeito ou algo não presente no texto. Tem-se, nesse caso, a referência exofórica. De outra forma, quando o referente está simbolizado no próprio texto, tem-se a referência endofórica. Para melhor compreensão, apresenta-se a seguir o esquema ilustrativo (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 33).



A exófora diz respeito aos elementos lingüísticos em que, para interpretação, se recorre ao contexto de situação. A referência exofórica de pró-formas aplica-se à recuperação de entidades situadas fora do texto e não diretamente nele. A exófora depende do contexto. Geralmente é determinada pelos pronomes de primeira e segunda pessoa, e por possessivos que correspondem a essas pessoas. Dessa forma, o uso de pronomes de primeira e segunda pessoas no início do texto é inerentemente exofórico, sendo que os pronomes de terceira pessoa podem ser catafóricos, ou seja, correferir alguma entidade que aparece em momentos posteriores do texto. Assim, um texto que inicia com a expressão:

“Eu creio que...

tem como referente daquele “eu” o indivíduo que enuncia a proposição (autor/falante).

A exófora comprova a interação entre o uso da linguagem e a situação (conforme esquema acima). É a situação quem atualiza estratégias de compreensão. Ressalta-se que o uso da exófora não contribui para a coesividade interna do texto. Contribui para a relação do texto com o seu contexto. Neste sentido, é um bom organizador da coerência.

Halliday e Hasan (1976, p. 53) apresentam como casos institucionalizados de uso exofórico os seguintes:

(a) **tu, você, a gente**, se: quando usados no discurso para referir “um indivíduo humano qualquer”:

“Como **tu** sabes...”

“Como **você** sabe...”

“Como **a gente** sabe...”

“Como **se** sabe...”

(b) **nós** em usos em que o falante subsume, além de si, todos os outros:

“**Nós** não podemos esquecer que...”

(c) **eles** para indicar pessoas “não especificadas”:

“**Eles** devem saber quem foi fazer compras hoje”.

A endófora, contrária à exófora, é um tipo de referência intratextual, são expressões em que os referentes estão presentes no plano de co-texto. A endófora constitui-se em dois tipos diferentes: a anáfora, quando a retomada ocorre depois das expressões referenciais e a catáfora, quando o elemento referido ocorre antes das expressões referenciais, como se verifica nos termos destacados no exemplo (1) do *corpus* deste estudo, adaptado para esse segmento.

“**Ela, a tão sonhada confiança** vai restaurar o ensino nas instituições públicas do país, até então feito exclusivamente pelas instituições particulares”.

A referência pode efetuar-se por outras diferentes maneiras, como: a referência pessoal, a referência demonstrativa e a referência comparativa. Nessa releitura, prioriza-se a referência demonstrativa, por se caracterizar pela ocorrência de pronomes demonstrativos e de advérbios indicativos de lugar, que desempenham tradicionalmente a função anafórica, mas, de acordo com o enfoque hodierno da anáfora, podem ocorrer também como elementos endofóricos que, a título de ilustração citam-se as anáforas encapsuladoras, como se verá mais adiante.

Ainda no contexto da coesão textual, comenta-se, necessariamente, o aspecto da substituição. A coesão por substituição consiste na troca de um termo por outro; o termo substituído pode ser um nome, um verbo ou até uma oração inteira. Em geral, as expressões substitutas são representadas por nomes genéricos (*gente, criatura, negócio, coisa* etc.), e por pró-formas, como *o mesmo*, também nomes que, em verdade, dependem de outros para serem interpretados. Por essa razão é que se situam na gramática. São igualmente termos substitutos os verbos *fazer* e *ser*. Trata-se de um processo de referência que opera intratextualmente e confere à referência o seu *status* coesivo. Na substituição, a ligação coesiva ocorre entre um

elemento substituto e um substituído, podendo, às vezes, apresentar um significado diferente do significado do seu referente, como no exemplo (2) adaptado para este segmento:

O agricultor **a quem** o fazendeiro se referiu aposentou-se inesperadamente...
Marcos Valério envolve-se no escândalo dos precatórios **também**.
Eduardo tem um carro da volkswagem e José **um Fiesta**

Outro aspecto é a elipse, um fenômeno coesivo próximo da substituição; trata-se de uma substituição zero. Nesse tipo de coesão, permuta-se uma unidade lingüística foneticamente realizada por uma outra não realizada foneticamente, o elemento vazio; O traço vazio só ocorre em termos fonéticos, porque efetivamente possui valor semântico equivalente ao do SN antecedente. Tem-se, então, a relação SN-0. Tal como no processo de substituição, operacionaliza-se no plano formal da língua, através de forma nominal, verbal e oracional. Os termos destacados na frase a seguir são exemplos desse tipo de coesão:

(3) Renata **prefere** ir ao Shopping, Rebeca **0** ao teatro.

Halliday e Hasan (1976, p. 322-324) destacam dentre as categorias ,distintas, como já referidas anteriormente, a *coesão lexical*, caracterizando-a como um tipo de elo textual que se diferencia dos demais por inserir-se no domínio do léxico, à medida que se processa apenas por meio de itens lexicais. Esse elo textual pode manifestar-se de duas maneiras: a coesão por reiteração e a coesão por colocação. Na coesão por reiteração, o processamento se instaura ora através da repetição do mesmo item lexical, ora por meio de expressões sinônimas ou quase sinônimas, incluindo, também, os hipônimos e os nomes genéricos.

A coesão lexical por colocação é um tipo de elo coesivo, que promove as ligaduras textuais, não através de repetições de sinônimos ou de sintagmas nominais, mas porque mantém relações textuais coesivas, através da relação de idéias. O termo *colocação*, tal como é usado por Halliday e Hasan (1976, p. 322-324), designa a tendência de certas palavras formarem campos semânticos, como: professor-escola-aluno; shopping-compras-consumidor, entre outros. Pode-se melhor esclarecer: trata-se de um tipo de elo textual que se diferencia dos demais por inserir-se no domínio do léxico, à medida que se processa apenas por meio de itens lexicais. A coesão lexical pode manifestar-se de duas maneiras: (a) a coesão por reiteração em que o processamento se estabelece ora através da repetição do mesmo item lexical, ora por meio de expressões sinônimas ou quase sinônimas; (b) a coesão por colocação, como já referida anteriormente.

É importante e necessário registrar que a produção lingüística de Halliday e Hasan tem recebido algumas críticas, principalmente, na questão do conceito de texto e na distinção entre a exófora e a anáfora, bem como na noção de referência. Segundo Koch (1993, p. 23-27), uma crítica freqüente à obra de Halliday e Hasan (1976) diz respeito ao fato de eles terem considerado a anáfora, a substituição, a elipse e a coesão lexical, dispositivos coesivos independentes um do outro, quando, em verdade, todos exercem a função de referência anafórica. É justamente nessa vulnerabilidade dos autores que a presente pesquisa sinaliza para a ampliação da concepção de anáfora, compreendendo-a a partir da noção de referenciação, bem como na idéia de que a língua é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente construída, por entender a referenciação como o resultado de uma operação colaborativa dos parceiros da interação, que constroem os referentes no e pelo discurso, atividade lingüística e sócio-cognitiva, ligada à interação e à intersubjetividade, distinguindo-a do enfoque clássico.

Por críticas ao trabalho de Halliday e Hasan, autores renomados como Apothéloz, dentre outros têm apresentado concepções que apontam as novas possibilidades de ocorrência de anáfora.

3.4 QUESTÕES GERAIS RELACIONADAS À ANÁFORA

Nos registros da literatura desse fenômeno, existe uma significativa divergência sobre os critérios de definição da anáfora, havendo, como visto anteriormente, pontos de vista que promovem a separação de blocos distintos: um que corresponde a concepções mais estreitas do fenômeno, que inclui Halliday e Hasan; e outro bloco que compartilha concepções mais amplas, com autores como Apothéloz (1995), Berrendonner (1985), Marcuschi e Koch (2002) e Heine (2000).

Os que tendem a uma concepção mais estreita de anáfora, vêem-na como um fenômeno fundamental ligado à coesão textual e caracterizado pela retomada de um segmento de texto por outro. Nesse sentido, o anafórico “refere-se ao seu antecedente”. Para essa concepção, portanto, a anáfora deve ser correferencial e o antecedente deve ser explícito. Entretanto, essa concepção de anáfora estreita vem sendo gradativamente ampliada para uma concepção *lato sensu*, em que se postula que a coesão não deve se ater, apenas, ao anafórico e ao seu antecedente. Por outras palavras, a remissão anafórica não pode estar apenas restrita à mera substituição de um elemento por outro, tendo em vista o envolvimento de aspectos cognitivos

de representação mental, relacionados não só com o contexto de comunicação, mas também com os dados sócio-culturais partilhados entre os interlocutores do discurso.

Segundo Marcuschi (1998, p. 2), a progressão de um texto é dada por meio das várias relações que se estabelecem entre linguagem, mundo e pensamento e por meio dessas relações, os aspectos da coesão vão sendo formados a partir da introdução, da preservação, da identificação, da continuidade e da retomada de elementos textuais. Assim, a partir das funções dos elementos constitutivos de uma coesão textual, salienta-se a urgência em se flexibilizar o modelo realista e fixo da referência, em geral, relacionado a uma concepção operacional descontextualizada, no mais das vezes, afiveladas a dados essencialmente gramaticais. Nessa perspectiva, como já foi mencionado anteriormente, há autores que transcendem esse enfoque gramatical, como Apothéloz (1995), Marcuschi e Koch (2002) e Heine (2000), os quais trabalham a anáfora *lato sensu*. Assim, para maior esclarecimento, serão focalizadas a seguir as sugestões teóricas desses pesquisadores.

3.5 A ANÁFORA NA VISÃO DE APOTHÉLOZ

A proposta de Apothéloz (1995), com relação à anáfora, apresenta um diferencial próprio, pois, ainda que adote a abordagem clássica de Halliday e Hasan (1976), exibe-a em um quadro de classificação que a diferencia do enfoque clássico, à medida que sugere que o entendimento acerca de anáfora e referência seja investigado consoante fatores que envolvam os atores sociais. Dessa forma, em sua proposição, destacam-se como relevantes: questões gerais relacionadas à anáfora; considerações da noção de antecedente; as noções-chaves ligadas à anáfora; tipos de anáfora.

É significativo ressaltar a contribuição de Benveniste (1995) que estabeleceu diferença entre nível formal *versus* nível discursivo e a partir do referido lingüista, Apothéloz (1995, p. 19-21) observou que as propriedades da anáfora não se subordinam às exigências da sintaxe, distinguindo duas espécies de ocorrência pronominal, a saber: a) *a forma sintaticamente ligada a um antecedente*; b) *a forma de retomada*. Compreende-se por forma sintaticamente ligada o elemento anafórico pronominal que estabelece elos com entidades lingüísticas, no bojo da sentença, condicionados exclusivamente pela sintaxe. Já a forma de retomada opõe-se à mencionada anteriormente e diz respeito ao pronome cuja referência só se estabelece por fatores pragmático-contextuais, como ilustra o exemplo a seguir:

(4) Silvana acha que **ela** fala francês corretamente. (Fonte: HEINE, 2000, adaptado)

No exemplo acima, são permitidas duas interpretações: a primeira em que o pronome **ela** pode designar uma pessoa do discurso; a segunda em que o SN pronominal faz correferência ao SN Silvana. Na segunda interpretação, ocorre um caso de forma *sintaticamente ligada*.

Segue-se outro exemplo adaptado relativo à forma de retomada:

(5) “Degustei um sanduíche bem grande e bem alto... daqueles tipo americano assim que **eles**... que **eles** vendem nas lanchonetes” (Fonte: HEINE, 2000, adaptado).

Nesse caso, o pronome **eles** refere-se, possivelmente, a garçons ou a algum vendedor de sanduíche, elementos que são retomados implicitamente. A efetuação desses laços coesivos depende da possibilidade de inferir, a partir do contexto informacional local, um objeto do discurso implícito, ainda não mencionado no co-texto lingüístico (BERRENDONNER, 1995, p. 28). Em constatação dessa natureza, Apothéloz (1995, p. 28) sugere a seguinte classificação: a) forma não-referencial, para os pronomes que se realizam como forma sintaticamente ligada a um antecedente; b) forma referencial, para os pronomes cuja referência ocorra a partir do contexto.

3.6 CONSIDERAÇÕES DA NOÇÃO DE ANTECEDENTE

A partir de Apothéloz (1995), a noção de antecedente pode ser sinalizada na perspectiva de que:

- * rejeita-se de forma veemente a fórmula, segundo a qual, todo elemento anafórico refere-se a um antecedente;
- * o antecedente é uma entidade lingüística que se realiza antes da anáfora. Daí o seu traço correferencial, no caso específico de retomada;
- * a noção de antecedente, enquanto textual, só permite uma forma de interpretação, vinculada em geral aos critérios morfossintáticos;
- * a forma anafórica pode retomar um antecedente explícito ou implícito.

3.7 NOÇÕES CHAVES LIGADAS À ANÁFORA

Na perspectiva da especificidade sobre o conhecimento de anáfora, apresentado na obra de Apothéloz (1995, p. 25-31), registram-se, em breves ajustes, as noções-chaves ligadas à anáfora, a saber: anáfora e referência; anáfora e dêixis textual; e tipos de anáfora.

3.7.1 Anáfora e referência

Nesse contexto, salientam-se primeiramente - anáfora e referência – referencial e atributivo. Nesse sentido, com base em Lyons (1980, p.159), Apothéloz (1995, p. 25-26) destacou a importância de se distinguir a ocorrência de sintagmas nominais dotados de referência *versus* sintagmas nominais sem referência, em outras palavras, forma referencial e forma atributiva.

Assim, a noção de referência é entendida como uma relação entre a expressão e o que ela representa em circunstâncias particulares de sua enunciação (LYONS, 1980, p. 147-148), trata-se de uma relação entre unidades lingüísticas e o seu referente com valor comunicativo em um contexto apropriado. Com relação a essa distinção, Lyons propõe que, mesmo os sintagmas nominais definidos, os que remetem a um indivíduo ou a uma classe específica, em uma determinada situação lingüística, podem ter a função não de referir, mas a de qualificar o nome. Tal proposição é possível, quando o SN se insere em uma sentença em que o verbo seja um copulativo, particularmente, o verbo **ser**. Destaca-se que essa distinção entre sintagmas nominais procede de Donnellan (1966 apud APOTHÉLOZ, 1995, p. 26).

3.7.2 Anáfora e dêixis textual

A possibilidade de se processar uma referência extralingüística é o traço básico dos dêiticos. Quanto ao possível cotejo entre anáfora e dêixis, anela-se que a dêixis situa-se em

um contexto no qual se privilegia a identificação de um referente, fundamentando-se em parâmetros do lugar, do tempo ou da pessoa da situação enunciativa. A dêixis é uma das propriedades mais características do nível da enunciação, por ser ela uma coordenação do espaço e do tempo dos enunciados. Trata-se de elementos situativos do discurso. Entre as expressões que operam neste sentido estão:

- * os pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos)
- * os advérbios de tempo
- * os advérbios de lugar
- * locuções adverbiais situativas
- * os tempos verbais

O termo *dêixis* significa ‘indicação’ e corresponde a um gesto lexicalizado. Em situações normais, podem-se indicar as entidades, os objetos e indivíduos, apontando-os com o dedo, sem o auxílio de algum elemento lexical. Na ocorrência de uma pergunta como:

(6) “Onde está o livro?”

Pode-se responder apontando o dedo para o local onde o livro se encontra. Mas, pode-se dizer:

(7) “Ali”.

Ou então, apontar com o dedo e dizer “ali”. Nesse caso, faz-se o uso de uma resposta em princípio redundante. No caso da escrita, por não se poder fazer uso do dedo, serve-se de um elemento lexical que indica, ou seja, que opera como dêitico. No caso de um enunciado, como:

(8) “Voltarei dentro de uma hora”.

Supõe-se, para perfeita compreensão, o conhecimento do momento em que foi dito e do local, pois “dentro de uma hora” é uma relação temporal em uma coordenada e “voltarei” implica um dado lugar para onde o locutor se movimentará.

O mesmo ocorre em enunciados do tipo:

(9) “Não é contigo, mas contigo que estou falando, nem é a isto, mas a isto que estou me referindo.”

O enunciado acima exige uma contextualização para correta compreensão, visto que os dois “contigo” e os dois “isto” não referem o mesmo indivíduo ou fenômeno.

Segundo Levinson (1983, p. 54), o aspecto mais claro em que se reflete a relação entre linguagem e contexto é o representado pelo fenômeno da dêixis. A dêixis supõe uma interação face a face para sua plena operação. É, pois, uma das características da fala. Mas um ato com excesso de dêixis pode oferecer sérios problemas de compreensão.

As três categorias básicas da dêixis, como anteriormente citadas, são lugar, tempo e pessoa. No discurso, essas categorias situam os falantes, localizam no espaço as ações e definem o seu tempo. Com dêixis entende-se a localização e identificação de pessoas, objetos, processos e atividades sobre o que se está falando ou que se está referindo, em relação ao espaço-tempo criado e mantido pelo ato de enunciação e participação dos falantes-ouvintes (LYONS, 1977, p. 637).

Lyons (1977, p. 638) sinaliza que a situação canônica da enunciação é egocêntrica, ou seja, o falante/escritor assume um papel centralizador do qual é estabelecido o ponto de vista relacional. Caracteriza-a como o ponto zero das coordenadas espaciotemporais. E tudo é determinado a partir do momento e local da produção discursiva do falante.

Levinson (1983, p. 62), seguindo Lyons, faz distinção entre uma dêixis social e uma dêixis discursiva. A dêixis discursiva resolve-se no próprio texto, como no caso a seguir:

(10) “Muitos preferem lagosta. Esta é uma comida relativamente cara e exótica”.

A dêixis discursiva é o recurso usado para fazer referência a partes do próprio discurso, sejam sentenças ou a porções textuais maiores, como, por exemplo:

(11) “Esta história passou-se em 1970”.

Levinson (1983, p. 85-86) distingue entre anáfora e dêixis discursiva no caso acima, uma vez que não há um correferente para aquele pronome. A dêixis discursiva apenas aponta ou indica uma expressão ou um fato ou porção do discurso, mas não correfere, como no caso da anáfora.

A dêixis social ocorre especialmente na relação entre pessoas como na distinção de títulos honoríficos, referências invocativas, dentre outras. O plural majestático, referente a majestade, é um tipo de dêixis social, também pode haver um uso vocativo da dêixis social, como por exemplo:

(12) “Ei você aí, me dá um dinheiro aí.” Ou: “Ah, meu senhor, não posso concordar!”

Esses usos são, em geral, parentéticos e equivalem a uma invocação simbólica sem marcar propriamente uma dêixis. Para melhor esclarecimento se faz, nesta seção uma exposição sobre os dêiticos.

3.7.2.1 Os dêiticos

Os dêiticos são uma classe de elementos lexicais que operam no texto como contextualizadores com um funcionamento pragmático. Em geral, fazem referência a contextos espaciais e temporais que situam os enunciados produzidos. Dessa forma, a expressão adverbial **aqui** opera no contexto de sua enunciação indicando o lugar em que aquele enunciado está sendo produzido. A cada produção, o lugar empírico **aqui** mudará, ou seja, o **aqui** será sempre um lugar relativo.

As duas classes de dêiticos, os temporais e os espaciais, são formadas por advérbios ou expressões adverbiais. Mas pode-se considerar também como dêiticos os tempos verbais. Já com relação aos pronomes pessoais, eles são considerados dêiticos pessoais e como tal inseridos na classe dos elementos *fóricos*.

A organização dos dêiticos não ocorre aleatoriamente, em geral, é egocêntrica, como já sinalizado acima.

O locutor toma como ponto de referência seu lugar, seu tempo e seu tema. Dessa forma, os dêiticos são um ponto de vista organizatório do discurso. Atenta-se para o fato de que o uso gestual dos dêiticos só é possível na fala.

Os dêiticos temporais têm uso muito complexo. Levinson (1983, p. 75-77) indica alguns casos complicados para se distinguir, a saber:

- a) “Agora vou sair para fazer compra”.
- b) “Agora estou estudando na universidade”.
- c) “Hoje fui ao cinema”.
- d) “Hoje não existem mais estadistas”.
- e) “Amanhã veremos as vítimas das guerras de hoje”.

Existem, ainda, casos mais complexos, como:

(13) “Quarta-feira vou visitá-lo”

Caso isso seja dito na terça-feira, significa que será na quarta da próxima semana.

Mas se na terça alguém disser:

(14) “Sexta vou visitá-lo”.

Provavelmente, será na sexta daquela semana. Se na terça ele diz:

(15) “Nesta quarta vou visitá-lo”.

Será na quarta daquela semana. Dizendo, porém, na terça:

(16) “Na próxima sexta vou visitá-lo”

Fica dúvida. Não se sabe se é na sexta daquela semana ou da próxima semana.

Os dêiticos de lugar podem apresentar complexas situações de compreensão, como por exemplo:

A) Onde foi que ele se machucou?

B) Aqui. (apontando para o supercílio direito)

É claro que o “aqui” é o “aqui” do outro e não do locutor.

É significativa a observação de que a dêixis de lugar incorpora a dêixis de tempo, mas não o contrário. Assim, se pode dizer que “ele andou três horas” para expressar uma dada distância. Mas ele andou três quilômetros não refere tempo. Nesta seção, pretendeu-se estabelecer uma distinção entre anáfora e dêixis, anteriormente ao entendimento da dêixis textual.

Com relação à anáfora, essa não procura identificar um referente na enunciação, visto que processa uma operação textual que opera com retomadas prioritariamente semântico-pragmáticas. Nesse sentido, entende-se a operação anafórica em uma acepção *lato sensu*, em que não se atém aos critérios do co-texto, não sendo, pois, obrigatória a presença do elemento antecedente.

3.7.2.2 A dêixis textual

Tradicionalmente, a dêixis textual, também denominada discursiva, designa os termos usados para mostrar ou indicar porções lingüísticas. Dessa forma, representam um caso especial de dêiticos os termos designados para mostrar ou indicar porções lingüísticas. Esse tipo de dêixis não se caracteriza por estabelecer relações de referência ou de correferência, mas, sim, por exposição dêitica no texto. No texto a seguir, Koch expressa o seu posicionamento a respeito da dêixis textual:

A sinalização textual tem a função básica de organizar o texto, fornecendo ao interlocutor apoios para o processamento textual, através de orientações ou indicações para cima, para baixo, para a frente e para trás, ou

estabelecendo uma ordenação entre segmentos textuais ou partes do texto (KOCH, 1994).

Ao funcionar dessa forma, a dêixis monitora o olhar do leitor para uma determinada porção do discurso, promovendo, em consequência, focos, visto que direciona a um determinado lugar textual. Koch (1994) concebe os elementos lingüísticos de mostraçãõ dêitica, freqüentemente representados pelas expressões do tipo *no próximo capítulo, no capítulo anterior, no parágrafo seguinte, no texto acima, no texto abaixo*¹¹, entre outras. A seguir, apresentam-se os elementos destacados como exemplos desse tipo de dêixis textual:

(17) Como foi mencionado anteriormente, para que se efetue a comunicação é necessário haver um código comum. Diz-se, em termos mais gerais, que é preciso falar a mesma língua. (VANOYE, 1982, p. 30-31)

(18) Na seção anterior, tratei da origem do termo; a seguir, abordarei a sua evolução semântica. (KOCK, 1994)

Segundo Apothéloz (1995), um sintagma nominal demonstrativo pode estabelecer referência, não a partir do co-texto, nem de dados que apontem para um contexto da enunciação, mas em retomadas, em geral, provenientes de informações veiculadas anteriormente no texto e em considerações discursivas.

3.7.3 Tipos de anáfora

Autores renomados como Apothéloz (1995) desenvolvem trabalhos apresentando uma visão de anáfora subdividida em diferentes tipos, tais como: a) anáfora fiel; b) anáfora infiel; anáfora por nominalização; anáfora por silepse; anáfora associativa, que são representativos de soluções não pronominais e resultantes da ativação de diferentes mecanismos cognitivos, com distintas incidências discursivas.

¹¹ Retirado de Heine (2000): Marcuschi (1997), apoiado em Fillmore (1971/1975), amplia o escopo da dêixis textual, considerando também os demonstrativos “isso”, “esse”, que retomam blocos textuais, como exemplo desse tipo de dêitico.

3.7.3.1 Anáfora fiel

Entende-se por anáfora fiel a relação de correferência entre dois sintagmas nominais plenos: um SN referencial e outro anafórico. O anafórico é um SN definido ou demonstrativo que, ao remeter-se ao SN referencial, deve manter o núcleo no mesmo padrão de seu referente. São anáforas ditas prototípicas, que se baseiam em um referente explicitamente denominado e cuja categorização lexical é explicitamente dada. Na anáfora fiel, incluem-se todas as realizações definitivas e repetição do termo antecedente. Como se verifica nos exemplos retirados da Revista da Faculdade de Letras “Línguas e Literaturas”, Porto, 2001, p. 396-410:

(19) “Chega um rapaz e senta-se ao meu lado. Só depois reparo que *o/este rapaz* é cego.”

(20) “Chega um rapaz e senta-se ao meu lado. Só depois reparo que *o/este rapaz* é cego. (...). Em seguida, *o rapaz* pergunta-me que horas são.”

Nesse tipo de construção, a anáfora é atualizada por meio do mesmo nome antecedente, diferenciando-se, apenas o determinante de uma ocorrência a outra. O indefinido (quando se introduz pela primeira vez o referente) é seguido do definido ou do demonstrativo. Embora os determinantes definido e demonstrativo, nesse tipo de anáfora, chamada fiel, possam parecer comutar sem grandes diferenças aparentes, uma vez que a segunda frase não marca uma ruptura com as circunstâncias de avaliação instaladas pela primeira, o que é certo é que ambos os determinantes têm funções bem específicas. O determinante definido, no geral, estabelece uma relação lexical e o determinante demonstrativo, uma relação posicional, no sentido de o primeiro estabelecer um contraste sobre um conjunto de domínios e o segundo, um contraste no interior de um domínio, como nos exemplos a seguir:

(21) “Um avião despenhou-se ontem. *O avião* vinha de Miami.”

(22) “Um avião despenhou-se ontem. *Este avião* vinha de Miami.”

Em (21), o fato de o determinante definido estabelecer uma relação de unicidade com o antecedente, permite dar continuidade às mesmas circunstâncias avaliativas instaladas pela primeira frase. *O avião que vinha de Miami* é o mesmo avião que se despenhou ontem. O mesmo fato parece não se verificar em (22). O determinante demonstrativo desencadeia uma ruptura com a primeira frase e *Este avião vinha de Miami* pode não ser o mesmo avião enunciado na frase anterior. Considerando que o uso do demonstrativo pressupõe o estabelecimento de um contraste no interior de um domínio, a relação de *Este avião vinha de Miami* só pode estabelecer-se em contraste com, por exemplo, *Aquele avião vinha de Nova Iorque*.

Também frases coordenadas introduzidas por sintagmas nominais indefinidos interditam, em retomada imediata, o emprego do determinante demonstrativo. Verifica-se na ilustração a seguir:

(23) “Havia um livro e um dicionário sobre a mesa. *O livro* era meu e *o dicionário* era do meu irmão.”

(24) “Havia um livro e um dicionário sobre a mesa. *Este livro* era meu e *este dicionário* era do meu irmão.”

As razões pelas quais (23) é linguisticamente possível e (24) o é menos advêm dos mesmos fatores sinalizados para (21) e (22). Tendo em vista que o determinante demonstrativo, que tem como característica alicerçar uma posição identifica o objeto nomeado no interior da classe dos objetos do mesmo nome. O determinante definido, por seu lado, tem a capacidade de destacar o referente, levando em conta a sua propriedade de relação lexical.

Nessa perspectiva, pode-se considerar que seja quase irrelevante o emprego do determinante definido ou do determinante demonstrativo na anáfora fiel (por repetição), por se entender que essa anáfora se apresenta como uma construção comum, estereotipada, que tem por função lembrar, pelo viés de um mesmo sintagma nominal, o objeto de discurso, sob

uma etiqueta lexical que já serviu para categorizá-lo. Tal estratégia confere certa redundância rotineira ao discurso, a não ser quando apresenta um valor estilístico intencional. Assim sendo, a anáfora fiel pode tornar-se mais informativa e/ou criativa se à retomada nominal se acrescentar uma determinação em expansão, na forma de grupo adjetival ou de um aposto. Ademais, a anáfora fiel assegura o bom desenvolvimento da identificação referencial e permite preverem-se erros de interpretação, quando vários objetos do discurso estão em concorrência na operacionalização discursiva.

3.7.3.2 Anáfora infiel

Já com relação à anáfora infiel, postula-se que consiste em uma operação entre dois sintagmas nominais. Entretanto, diferencia-se da anáfora fiel por processar uma relação em que o SN anafórico retoma o seu referente por sinônimos, hiperônimos ou ainda por termos que lhe acrescentem alguma determinação.

Nesse sentido, registra-se a presença de uma anáfora infiel, quando a anáfora se materializa por meio de um lexema nominal substituto. O emprego de uma outra denominação para uma realidade idêntica permite traduzir um ponto de vista particular, um juízo de valor, uma opinião favorável, irônica, crítica, dentre outras. Não é irrelevante retomar a designação de um nome por uma expressão ou outra. O exemplo a seguir ilustra esse postulado:

(25) “*O rapaz não há meio de ter juízo. O jovem/o garoto/o rapazola/o gabiru/o estafermo não há meio de ter juízo.*”

Além dessa relação lexical quase sinonímica, a anáfora infiel também se processa por meio de hiperônimos e de perífrases criativas, como:

(26) “Uma nave foi enviada para o espaço. *No engenho* iam três astronautas.”

A natureza lexical das unidades nominais (Uma nave... o engenho), ao mesmo tempo que permite o desencadeamento da anáfora, impõe uma ordem, de maneira que o segundo termo funciona como inclusivo, em relação ao primeiro. Uma unidade nominal é inclusiva em relação a uma outra, se a referência virtual do nome antecedente está incluída no nome

anafórico. O termo *inclusivo* é sempre correferencial do outro, pela relação das suas referências virtuais. O inverso pode não ser verdadeiro, como em:

(27) “Um veículo atravessou-se na estrada. *O trator* era conduzido por um inexperiente.”

Difícilmente é aceitável a ordem inversa, uma vez que o hiperônimo surge mais como elemento incluso anaforizado do que como elemento anafórico, a menos que se restrinja especificamente ao nome heteronímico, quando em posição de antecedente, como se ilustra a seguir:

(28) “Um *veículo agrícola* atravessou-se na estrada. *O trator* era conduzido por um inexperiente.”

No caso específico da anáfora infiel, o substituto lexical com valor anafórico evidencia vários tipos de relações semânticas, citadas a seguir.

Relação de inclusão de sentido: operação que permite passar do particular para o geral pelo recurso a um superordenado genérico – hiperônimo, como se ilustra a seguir:

(29) “Sonhei ser arquiteta. Era a profissão que eu gostaria de ter quando fosse grande.”

Trata-se de uma relação próxima de equivalência, operação que estabelece uma espécie de sinonímia, como em:

(30) “Quando entrei na carreira estava um pouco receosa. Depois fiquei mais contente porque na camioneta vinham outros alunos.”

Relação de substituição do referido comum pelo elemento específico:

(31) “O meu sonho é conhecer ao vivo os cinco rapazes que me fazem acreditar na vida. A primeira vez que os *Backstreet boys* vieram a Portugal foi o ano passado.”

Relação de reagrupamento:

(32) “No verão, eu e os meus amigos resolvemos ir andar de barco. A Malta resolveu levar um rádio, mas ele não funcionava.”

O estudo da anáfora infiel sinaliza as relações semânticas entre lexemas correferenciais nas substituições lexicais, possibilitando a introdução de uma mudança de perspectiva do enunciador em relação aos fatos/objetos enunciados. Daí a contribuição da anáfora infiel ser significativa não só para a coesão e progressão, mas também para a

progressão textual, à medida que permite desenvolver o tema principal em várias perspectivas.

3.7.3.3 Anáfora por nominalização

Denomina-se nominalização a operação discursiva que consiste em referir, geralmente por meio de uma expressão nominal, a um processo ou um estado presente em uma proposição informacional. Essas informações denominadas informações-suporte podem aparecer não só no co-texto precedente à expressão nominal anafórica, como também no subsequente a ela. As informações-suporte constituem o fundamento para a interpretação da nominalização. Nesse sentido, a anáfora por nominalização se efetiva, quando um sintagma nominal transforma o processo da proposição anterior (em geral, o verbo e seus argumentos) em seu referente. Segundo Apothéloz (1995, p. 37), há, pelo menos, duas formas de realização: a nominalização através do conteúdo proposicional; e a nominalização por meio da enunciação. A primeira se processa através do conteúdo das expressões, realizadas a partir do conteúdo do co-texto – verbos e seus argumentos. A segunda não se apóia em elementos presentes no texto, processando-se a partir do contexto de comunicação como um todo. Além dessas possibilidades, pode-se construir através de elementos implícitos.

Dessa forma, a nominalização é um tipo especial de expressão nominal que, além de ocorrer em sua forma mais comum, isto é, com um determinante antes do nome-núcleo, também pode aparecer sem determinante ou ainda com um demonstrativo ou indefinido, após o nome-núcleo, podendo também ser modificada por uma oração adjetiva.

Com base em Apothéloz (1995), entende-se a necessidade de se distinguir a operação de nominalização, que é de natureza anafórica, da expressão utilizada para efetuar essa operação, considerando o ponto de vista da dinâmica comunicativa. Como operação, a nominalização atribui às informações-suporte o estatuto de referente ou de objeto de discurso. Nesse sentido, o conjunto de informações é condensado em uma expressão nominal. Tal aspecto pode ser observado no trecho de M. Gaspar (2003, p. 48):

(33) “A categoria dos servidores do Judiciário admite que seja feita a reforma previdenciária. Até acha que o déficit do sistema é insustentável, concorda que é preciso reformá-lo, mas pede, digamos assim, que fique fora dessa. **A reivindicação de um tratamento privilegiado é fácil entender.**”

Nesse trecho, a expressão nominal definida “a reivindicação de um tratamento privilegiado” condensa a informação difusa no enunciado precedente. O verbo **pedir**, que aparece na informação-suporte, tem papel importante na interpretação da nominalização, porque está relacionado semanticamente ao nome-núcleo “reivindicação”. Já em relação ao enfoque da dinâmica comunicativa, a nominalização retoma um processo que foi significado predicativamente e que, por essa razão, acaba de ser posto. Por retomar um processo de significação predicativa, a nominalização, como expressão lingüística anafórica, tem seu nome-núcleo denominado substantivo-predicativo. Esse termo contempla a idéia de que o nome-núcleo da nominalização é predicativo em razão de seu significado e não por ser derivado morfológicamente de um verbo. O exemplo em análise sustenta a noção semântica da nominalização, pois mostra que o que foi tomado do verbo **pedir**, presente na informação-suporte, para ser feita a interpretação, não foi o aspecto morfológico, mas sim o semântico, visto que o substantivo-predicativo da expressão anafórica é “reivindicação”.

3.7.3.4 Anáfora por silepse

Denomina-se silepse o emprego de um vocábulo ou locução em sentido figurado e consiste na concordância ideológica e não com os termos expressos no texto, ou seja, trata-se de um recurso que se encontra nas palavras, quando elas adquirem um sentido novo, diferente do convencional. Dessa forma, a silepse realiza-se em três direções: (1) metonímia, em que uma palavra ou expressão é empregada no lugar de outra, por haver entre elas uma relação lógica; (2) sinédoque, ocorrência de um tropo fundado na relação de compreensão, em que se emprega o nome do todo pela parte ou da parte pelo todo, do plural pelo singular ou do singular pelo plural; (3) metáfora é um termo empregado com significado de outro por haver entre ambos uma relação de semelhança ou comparação subentendida, sem a presença do conectivo. Em relação à anáfora, a silepse se manifesta através de sintagmas nominais pronominalizados, cuja concordância (gênero, número e pessoa) consiste não em retomadas a partir de termos expressos no texto, mas sobretudo através de relacionamentos implícitos baseados, muitas vezes, em conhecimentos sócio-pragmáticos. Esse tipo de anáfora é muito comum na língua falada e não na língua escrita realizada por gêneros discursivos informais.

(34) Vossa Excelência ficou **cansado** com o discurso.

A concordância é feita com o sexo (gênero) da pessoa e não com o pronome sujeito que é feminino.

(35) A família do réu procurou o advogado e **queriam** saber se ele poderia ficar em liberdade durante o processo.

Concorda com a idéia plural do termo *família* e não com o próprio termo. Trata-se de um caso de silepse de número.

3.7.3.5 A anáfora indireta

O que distingue as anáforas comuns (aquelas postuladas pelos estudos formais) das anáforas indiretas é, basicamente, o traço de não-correferencialidade e a introdução de um referente novo que retoma indiretamente o seu antecedente. As anáforas indiretas trazem inovações ao conceito de anáfora postulada por Halliday e Hasan (1976), uma vez que retomam antecedentes que nem sempre estão explícitos no texto, mas que fazem parte do conhecimento de mundo dos interlocutores, de seu conhecimento partilhado e de elementos presentes no nível do discurso.

Segundo Apothéloz (1999, p. 368), os anafóricos nem sempre remetem a elementos do co-texto. Para esse autor, a informação engatilhadora das anáforas pode ser até mesmo advinda de gestos, do olhar, da mímica etc. Assim, por exemplo, se um professor faz uma pausa e depois recomeça a aula dizendo: “este intervalo”, isto implica que essa expressão tem um conteúdo anafórico não correferencial, pois remete a uma pausa que só pode ser recuperada na enunciação. Dessa forma, o autor aponta para a noção de que a informação prévia necessária à interpretação de uma anáfora pode estar no texto ou no contexto, na situação em que o enunciado foi gerado.

Segundo Marcuschi (2000), as anáforas diretas, por reativarem referentes prévios, têm uma ligação mais formal com os elementos antecedentes. De outra forma, as anáforas indiretas são mais processuais.

Marcuschi (2000) sinaliza como características da anáfora indireta, as seguintes: “a inexistência de uma expressão antecedente explícita para a retomada do referente”; “ausência de relação de correferência entre a âncora e a anáfora indireta”; “a possibilidade de construção de um novo referente, levando em conta o contexto situacional ou discursivo”; “a

consideração de processos cognitivos e inferenciais como decisivos para compreensão desse tipo de anáfora”.

O estudo das anáforas indiretas mostra que nem sempre os elementos anafóricos estão presos ao co-texto. O exemplo a seguir ilustra tal situação:

(36) Letícia e eu chegamos atrasados à aula. O professor já estava nos aguardando.

Nesse caso, há a introdução do item anafórico *professor* que retoma o antecedente *aula*, de forma indireta. Está implícito na situação discursiva que toda aula é dada por um professor, portanto, quando se introduz o referente professor, os interlocutores são levados a associá-lo com o antecedente “aula”, numa retomada indireta, já que o esquema cognitivo da aula pressupõe a existência de um professor. Tal esquema é acionado na mente do falante, quando esse tem acesso ao enunciado explicitado no exemplo (33). O mesmo acontece no exemplo seguinte:

(37) A mulher sentava em um banco rústico, com os joelhos cruzados e a cabeça baixa.

Nesse caso, as expressões nominais “os joelhos cruzados” e “a cabeça baixa” (anáforas indiretas) têm sua interpretação dependente de uma associação meronímica com o referente “a mulher”, ou seja constitui uma anáfora indireta por estar ancorada no referente “a mulher”.

Em uma definição de Schwartz (2000), reformulada por Marcuschi (2000, p. 7), entende-se que:

No caso da anáfora indireta trata-se de expressões definidas [e expressões pronominais] que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões [ou informações constantes] da estrutura textual precedente [ou subsequente] e que tem duas funções referenciais textuais; a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global.

A fim de que o interlocutor possa inferir de maneira adequada no processamento das anáforas indiretas, Marcuschi (2000) esclarece a necessidade de que os domínios interpretativos ativados pelas âncoras provenham de uma base coerente. Assim, o autor sinaliza que as anáforas indiretas podem apoiar-se em três tipos de âncoras:

O primeiro – semânticas, são fundamentadas em papéis temáticos dos verbos e em relações semânticas entre expressões nominais definidas:

(38) **Minha escola** é muito linda e alegre. Apresenta um estilo moderno e interessante.
O portão é de alumínio e é também eletrônico.

O segundo é do tipo conceitual, baseado em esquemas cognitivos e modelos mentais.

(39) a. “Comemos num restaurante espanhol. **O garçom** era da Andaluzia.”

b. “Comemos num restaurante espanhol. **A manicure** era de Andaluzia”.(Exemplo de Schwarz, 2000, apresentado por Marcuschi, 2000, p. 21).

Em (a), os dois enunciados apresentam uma relação lógica, tendo em vista que o panorama conceitual relativo a “comer num restaurante” envolve a idéia de garçom, ao passo em que, nos enunciados de (b), a idéia de “comer num restaurante” não apresenta uma relação de logicidade com a manicure.

O terceiro tipo de âncora sinalizado por Marcuschi são as inferenciais que têm como suporte as inferências fundadas no texto, como ocorre com os pronomes introdutores de referentes.

(40) “Estamos **pescando** há mais de duas horas e nada, porque **eles** simplesmente não mordem a isca”.

Entende-se, nesse exemplo, que a compreensão do item anafórico resulta de um processo de inferenciação, em que o tratamento lingüístico se efetua em termos de cálculo lógico-formal, efetivado com base no texto, podendo ou não fundamentar-se também em aspectos semânticos e lexicais. Dessa forma, em função do tipo de cálculos consignados para a anáfora associativa, a sua perspectivação pode ser feita no âmbito de um ponto de vista léxico-estereotípico ou discursivo-cognitivo.

3.7.3.6 Anáfora associativa

Segundo Apothéloz (1999, p. 368), os estudos dedicados às anáforas associativas não estão ainda esgotados, mas sinalizam um cenário sobre o tema em duas concepções mais significativas: uma que considera a anáfora associativa um subtipo das anáforas denominadas indiretas e uma que considera como associativas todas as expressões referenciais cuja interpretação coloca em jogo processos inferenciais, tomando os dois termos praticamente como sinônimos. Nesse sentido, entende-se que os estudos sobre anáfora associativa são abundantes e autores como Marcuschi e Koch (2002) e Heine (2004) compartilham da concepção de que a anáfora associativa tem relação com questões implícitas, considerando os aspectos contextuais e da enunciação.

Apothéloz (1995) denomina anáforas associativas aquelas que apresentam, de um lado, certa dependência interpretativa, em relação a um referente introduzido ou designado e de outro, a ausência de correferência com a expressão que introduziu ou designou esse referente. Dentre outros, o autor oferece o seguinte exemplo (41) para ilustrar o conceito de anáfora associativa:

(41) “Um pulôver valendo menos de 80 francos foi roubado de uma grande loja da margem direita. O *homem* foi logo detido”.

Nesse caso, há uma anáfora associativa actancial, uma vez que o SN o homem é o agente da ação de roubar. Nota-se que tal exemplo associa a anáfora ao papel temático do verbo **roubar** que pressupõe um agente e não uma expressão citada pontualmente no texto.

As anáforas associativas podem ser consideradas um subtipo de anáfora indireta, pois remetem a antecedentes nem sempre explícitos no cotexto. No presente trabalho, essa noção é defendida por Koch (2003) e Marcuschi (2001), como se poderá ver a seguir. Koch (2003, p. 107; 109), ao se referir às anáforas indiretas, afirma: “A estratégia referencial de associação consiste no emprego de expressões definidas anafóricas, sem referente explícito no texto, mas inferível a partir de elementos nele explícitos, isto é, trata-se de uma configuração discursiva, em que se tem um anafórico sem antecedente literal explícito (portanto, não condicionado morfossintaticamente por um SN anterior), cuja ocorrência pressupõe um denotatum implícito, que pode ser reconstruído, por inferência, a partir do co-texto precedente. São as chamadas anáforas indiretas” (p. 107).

A autora reitera sua concepção sobre anáforas indiretas e anáforas associativas, indicando: que essas últimas “são um subtipo de anáforas indiretas”, uma vez que se trata também de “uma configuração discursiva em que se tem um anafórico sem antecedente literal

explícito” (KOCH, 2003, p. 109). Marcuschi (2001) caminha na mesma direção e afirma que: “mesmo deixando de lado maiores comentários sobre a questão, gostaria de frisar que as anáforas indiretas não podem ser dissociadas das anáforas associativas, sendo estas uma parte substantiva das anáforas indiretas”.

Como se vê, a anáfora associativa, muitas vezes, é relacionada à anáfora indireta, por compartilhar com essa última de características basilares.

Para Marcuschi (2001) e Koch (2003), a anáfora associativa tem como traço distintivo uma relação indireta entre os objetos-de-discurso. Por “relação indireta” entende-se o processo por meio do qual “um elemento anafórico ativa um objeto-de-discurso a partir de elemento (s) discursivo (s) sem que se estabeleça entre eles uma relação correferencial”. Para Marcuschi (2000), as anáforas associativas podem ser consideradas como parte das anáforas indiretas, uma vez que essas últimas estabelecem relações referenciais ancoradas em elementos do discurso. Além disso, as anáforas indiretas constituem relações referenciais produzidas por sintagmas nominais, por verbos, adjetivos, pronomes ou até mesmo orações, que não retomam pontualmente ou explicitamente elementos anteriormente presentes no contexto, mas se ancoram em elementos do discurso, da situação cognitiva ou outros para ativar ou introduzir um referente novo.

As anáforas associativas consistem na instituição de um referente novo que retoma um elemento citado anteriormente. Porém, essa retomada não ocorre de forma direta, mas através da ativação de elementos discursivos e conhecimentos compartilhados pelos enunciadores. Para compreender melhor esse tipo de anáfora, cita-se a seguir um exemplo que ilustra tal situação:

(42) “Não dirija este carro. O pneu está furado”.

O exemplo anterior corresponde a uma anáfora associativa meronímica, uma vez que o pneu é uma parte do carro e que a expressão *pneu* retoma indiretamente a expressão *carro*, ou seja, o referente do anafórico (*pneu*) aparece como sendo subordinado à expressão antecedente (*carro*). Nota-se que a relação entre *pneu* e *carro* ancora-se na situação discursiva, uma vez que se sabe, a partir do conhecimento de mundo dos interlocutores que qualquer carro possui um pneu e, portanto, quando se introduz o referente *pneu* está se estabelecendo uma relação de retomada do antecedente *carro*.

As anáforas associativas também podem ser locativas, quando a relação entre o referente e o antecedente indica um lugar, como no caso do exemplo a seguir:

(43) “Conhecemos a sua nova casa. A cozinha é bastante ampla”.

Nesse caso, a expressão *cozinha* retoma o antecedente *casa*, numa relação locativa, a partir da ativação de conhecimento de mundo dos falantes. A efetuação desses laços coesivos depende da possibilidade de inferir, a partir do contexto informacional local, um objeto do discurso implícito, ainda não mencionado no cotexto lingüístico (BERRENDONNER, 1995, p. 28).

Heine (2004) considera as anáforas associativas como parte das anáforas não-correferenciais, sendo essas apoiadas em Apothéloz (1995), Berrendonner (1991, 1995) e Charolles (1991). A referida lingüista propõe a divisão das anáforas em correferenciais e não-correferenciais.

Para a referida lingüista, as anáforas correferenciais, alicerçadas em Halliday e Hasan (1976), abarcariam as retomadas textuais que ocorrem entre dois sintagmas nominais plenos ou entre um sintagma nominal pleno e outro pronominal: um referente e outro anafórico, realizados ambos no co-texto lingüístico. Grosso modo, apresentam as seguintes características: (a) a manutenção do mesmo referente; (b) o referente é sempre um sintagma nominal pleno; (c) a sua efetivação apóia-se sobretudo nos aspectos morfossintáticos; (d) o domínio da noção de referência situada no âmbito léxico-gramatical, entendida como uma relação semântica entre dois elementos lingüísticos, visto que se situa no eixo endofórico. O exemplo a seguir ilustra a clássica retomada textual, em que o SN *ela* recupera o antecedente *carne de porco*, mantendo, assim, o mesmo referente.

(43) “Carne de porco eu tenho de consumir. Acho ela um perigo. É uma carne que eu tenho medo de comer mesmo”.

Já as anáforas não-correferenciais, apoiadas em Apothéloz (1995), Berrendonner (1991, 1995), Charolles (1991), Kleiber, Schnedecker e Ujma (1991), segundo a referida lingüista, teriam como traço singular a possibilidade de estabelecerem ligaduras textuais, sem se apoiarem na correferencialidade, recorrendo, para tanto, a conhecimentos de mundo, conhecimentos partilhados e/ou aspectos sócio-pragmáticos etc. Dentre as suas características, mencionam-se: o referente constitui-se num elemento indireto, não depende de congruências morfológicas (concordância de gênero e de número), inserem-se nesse grupo as retomadas textuais por pronomes sem antecedentes explícitos, os sintagmas nominais lexicais ou gramaticais que resumem porções de texto, as nominalizações e também as coesões associativas. Vejam-se os exemplos, adaptados para este estudo:

(45) “O museu dos orixás é muito bom. O restaurante também está muito bom, mas eu ainda não fui lá não, porque essas coisas eu só vou quando aparece uma oportunidade”.

(46) “O Japão o povo japonês a população do japão extremamente grande para sua área e extremamente laboriosa no sentido de que para conseguir sobreviver precisava ampliar a sua área de atuação. Ta claro *isso*?”

(47) “Sobre as Olimpíadas, eu acho uma beleza, o pessoal ir para as Olimpíadas, treinar tudo, são amadores todos. Eu não leio muito sobre negócio de esporte, eu sempre viro as folhas.”

A partir dos exemplos (45) e (46), destacam-se, respectivamente, o sintagma nominal *essas coisas...*, preenchido por núcleo genérico, e o gramatical *isso*, que processam retomadas não-correferenciais, por estratégias resumitivas de porções textuais. Já em (47), o sintagma nominal *as folhas* efetiva também um elo coesivo anafórico, porém do tipo anáfora associativa, segundo Guillaume (1919 apud KLEIBER; SCHNEDECKER, UJMA, 1991, p. 5), que teria, em linhas gerais, as seguintes características:

- (a) o anafórico associativo: embora mantenha relações estreitas com o seu elemento-fonte, constrói uma espécie de âncora, que corresponde, grosso modo, à tradicional noção de antecedente, ao processar a costura textual, um novo referente, distinto do referente do seu elemento fonte (KLEIBER; SCHNEDECKER; UJMA, 1991, p. 27);
- (b) as retomadas associativas são compulsoriamente indiretas, ou seja, o anafórico e a expressão-fonte se associam por elos cognitivos e sócio-pragmático-culturais;
- (c) o anafórico associativo não pode realizar-se por meio de sintagmas nominais genéricos, pelo fato de deter, do seu elemento fonte, características discursivas, culturais e pragmáticas a ele correspondentes; caso contrário, não se consuma a anaforização.

Heine (2004) ressalta que, embora esses dois eixos de anáfora apresentem características que lhes são inerentes e específicas, possuem, entretanto, um traço que os define como fenômenos anáfora – que é o de retomada textual. Essa asserção alicerça-se na própria concepção de texto, entendido como *um evento comunicativo no qual as ações lingüísticas, cognitivas e sociais convergem, e não apenas como uma seqüência de palavras que foram enunciadas ou escritas* (BEAUGRANDE, 1996, p. 10). Portanto, reconhecer

apenas o processo de retomada textual no primeiro eixo anafórico é não reconhecer o texto enquanto uma atividade comunicativa, considerando-o um produto realizado sobre uma página de papel. Em ambos os tipos de anáfora ocorrem, pois, retomadas textuais, efetivadas por estratégias diferentes de processamento textual. O eixo das anáforas não-correferenciais, por tratar-se na maioria de elos indiretos, deve recorrer sobretudo a estratégias sócio-cognitivas, bem como refutar conceitos de referência, em que os sujeitos vejam a linguagem como um sistema de etiquetas, no sentido de designação extensional de referentes de mundo extra-mental, em uma relação direta biunívoca, na qual um signo lingüístico se refere a um objeto do mundo extralingüístico (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 227-271; MONDADA; DUBOIS, 1995, p. 273-303; e KOCH; MARCUSCHI, 1998, p. 5-6). Os objetos-de-discurso seriam, então, entidades de referência discursiva, dependentes das operações cognitivas, das atividades verbais ou não, das negociações de interação (MONDADA; DUBOIS, 1995, p. 273-303).

As sugestões apresentadas por Heine (2004) são pistas significativas para análise do *corpus* da pesquisa sobre o uso do pronome demonstrativo **isso, dessa, isto, desta, esta, essa** como anáfora encapsuladora em textos dissertativos.

Na tradição, a dêixis textual são elementos remissivos que fazem referência a um momento anterior ou posterior do texto (MARCUSCHI, 1996). Para Koch (1997, p. 37), trata-se do tipo de coesão textual por sinalização, que tem por *função básica organizar o texto, fornecendo ao interlocutor apoios para o processamento textual, através de orientação ou indicações para cima para baixo (no texto escrito) para frente e para trás ou ainda estabelecendo uma ordenação entre segmentos textuais ou partes do texto*. Entende-se por anáfora resumitiva, um tipo de anáfora que condensa mais que um grupo nominal ou uma frase; pode retomar um parágrafo ou mesmo uma extensão maior de um texto. Ressalta-se que esse tipo de anáfora envolve freqüentemente a nominalização, tendo como centro um nome formado a partir de um verbo. Hoje, a partir de uma concepção mais hodierna, a anáfora tradicionalmente entendida como resumitiva, é postulada por Koch (2007) como anáfora encapsuladora¹².

3.7.3.7 Anáfora encapsuladora

¹² O exemplo ilustra a concepção do encapsulamento: “Havia muitos candidatos participando do concurso que chegaram com a documentação incompleta. *Essa questão* foi muito desgastante para o grupo de pesquisadores que cuidavam da seleção.”

Segundo Koch (2007), trata-se de uma função específica das nominalizações que resumizam ou encapsulam as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, encapsulando-as sob a forma de uma expressão nominal e transformando-a em objetos de discurso. Nessas situações, de anáforas “complexas”, que não nomeiam um referente próprio, mas referentes textuais abstratos, como *Estado, Fato, Evento, Atividade* etc. Trata-se de nomes-núcleos inespecíficos, que exigem realização lexical no co-texto. Tal especificação contextual, efetuada a partir das proposições-suporte, veiculadoras das informações significativas, vai constituir uma seleção particular e única entre uma infinidade de lexicalizações possíveis. A interpretação dessas anáforas obriga o interlocutor não só a pôr em ação a estratégia cognitiva de formação de complexos, como ainda lhe exige a capacidade de interpretação de informação adicional. Tais expressões nominais, que são, em sua maior parte, introduzidas por um demonstrativo, desempenham, dessa forma, duas funções: rotulam uma parte do co-texto que as precede; e estabelecem um novo referente que, por sua vez, poderá constituir um tema específico para os enunciados subsequentes. É essa a razão pela qual, no mais das vezes, aparecem em início de parágrafos (KOCH, 2006, p. 70).

Nesse contexto, Marcuschi (1996) considera o encapsulamento como um tipo de dêitico especial (dêitico textual), visto que tem como peculiaridade o fato de apontar para uma porção textual, representando uma estratégia voltada para atividades de compreensão e não para a situação - o contexto físico-espacial, em que o enunciado foi emitido, tal como é concebida a dêixis na sua acepção geral. Entre as expressões que exercem a função desses sinalizadores, citam-se, conforme Marcuschi (1996): *a seguir, mais adiante, no próximo capítulo, acima, abaixo, isso, este, aquele, esta passagem, dessa forma* etc. Considerem-se os exemplos (48) e (49), nos quais se ilustra esse tipo de coesão textual através das expressões *acima* e *na seção seguinte*.

(48) Como foi mencionado *acima*, sugiro a classificação do fenômeno anáfora em dois eixos: o da anáfora correferencial e o da anáfora não-correferencial;

(49) *Na seção seguinte*, abordar-se-á o percurso diacrônico da preposição *de* desde o século XII até o XVIII.

3.7.4 DÊIXIS TEXTUAL OU ANÁFORA?

Considerando que a dêixis textual e a anáfora mantêm relações entre si bastante estreitas, registra-se, de acordo com Koch (1997, p. 38-41), que elas são vistas pela maioria dos pesquisadores ora como anáforas na sua totalidade, ora segmentando-as em catáforas e anáforas. Há, por outro lado, autores como Marcuschi (1996), Koch (1997, p. 38-41) que, apoiando-se em Ehlich (1981 apud KOCH, 1997), preferem manter a distinção entre esses elos de coesão. Entre as razões apresentadas por Koch, registram-se:

- (a) a anáfora estabelece uma relação de correferência ou, no mínimo, de referência entre elementos presentes no texto ou recuperáveis através de inferenciação, ao passo que a dêixis textual aponta, de forma inicial, para segmentos maiores ou menores do co-texto, com o objetivo de focalizar neles a atenção do interlocutor;
- (b) nos casos de anáfora, tem-se, com frequência, instruções de congruência (concordância), o que raramente acontece na dêixis, efetuada, em geral, por meio de formas neutras e de advérbios ou expressões adverbiais, portanto, invariáveis;
- (c) através da remissão anafórica, estabelece-se no texto relações coesivas, o que não ocorre nos casos da dêixis textual.

Essas razões, entretanto, em cotejo com a sugestão de Heine (2000), em se ampliar o escopo da anáfora para a não-correferencialidade, já não são suficientes para se estabelecer uma distinção conclusiva entre anáforas e dêiticos textuais, pois, como se registrou no início deste estudo, o processamento desse tipo anafórico não se alicerça na correferencialidade, nem em bases morfológicas (concordância de número e gênero), e é por isso que a fórmula antecedente-anafórico, condição *sine qua non* da noção de anáfora correferencial, não é privilegiada nesse segundo eixo anafórico. É relevante observar que o pronome demonstrativo (isso, este, esta, aquele, aquela) e os sintagmas nominais resumitivos (*essa questão, esse assunto, essa abordagem, essas razões* etc.) eram considerados, na tradição, como dêiticos textuais. Porém, as pesquisas voltadas para a anáfora no eixo não-correferencial revelam que essas expressões podem realizar-se igualmente como elementos anafóricos.

Portanto, responder à questão que inicia esta seção é algo complexo, na medida em que a anáfora e o dêitico textual remetem para porções textuais, isso sem contar, como já se registrou anteriormente, que há lingüistas que os consideram sinônimos entre si. Entretanto, destaca-se, para o dêitico textual, o traço de apontar para uma porção específica do texto, mostrando-a de forma clara, como ocorre com as expressões *acima, abaixo, no quadro seguinte, no item anterior*, que, quando usadas no processamento textual, referem-se a trechos

pontuais a ele correspondentes. Para os elementos anafóricos, ressalta-se o seu olhar para trás, ou seja, os processos de retomada textual direta ou indireta; neste caso, o elemento anafórico pode ocorrer através de várias estratégias, dentre as quais, cita-se o anafórico resumitivo, a exemplo do pronome *isso*, de expressões como *esse enfoque*, *essas considerações*, que, por meio de retomada textual, resumizam porções textuais. As pesquisas da Linguística Textual vêm arrefecendo a referida distinção, mas ainda há pesquisadores que defendem a tese de considerar anáfora e dêitico textual como distintos; o importante, neste caso, é observar o uso desses elementos textuais no seu processo discursivo, para que o pesquisador possa, em função da sua ocorrência, assumir uma sólida posição teórica (HEINE, 2006).

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* desta pesquisa é constituído por textos dissertativos, escritos por alunos do quarto semestre do Curso de Licenciatura em Letras e Comunicação, de uma Faculdade privada da cidade de Salvador-Bahia. O trabalho de produção dos textos, que constituem o

corpus da pesquisa em tela, resultou de uma reflexão proposta no plano da disciplina Língua Portuguesa e foi realizado em duas etapas: na primeira, foram estudados os aspectos conceituais concernentes à produção de um texto do gênero dissertativo; na segunda, foi sugerido o tema *Confiança* para consolidar a aprendizagem sobre a caracterização da tipologia do texto dissertativo, por meio da atividade de produção do texto.

Assim, para processá-lo, primeiramente, houve um debate, em sala de aula, tendo como referências crônicas e artigos jornalísticos de escritores como Lya Luft e Roberto Pompeu de Toledo, cujos temas versavam sobre a corrupção generalizada na sociedade brasileira e que foram publicados na Revista *Veja*. Diante disso, foi oportunizada a discussão sobre as diversas possibilidades do sentido da expressão *confiança* nas relações sociais. Após a leitura e a discussão participativa sobre a matéria dos periódicos, foi dada a orientação para a produção do texto dissertativo, quando os alunos puderam expressar seus pontos de vista, em relação ao que estava sendo proposto. Esse tema foi considerado uma boa escolha, à medida que a leitura constante de textos jornalísticos faz parte da prática pedagógica, além de atender ao planejamento didático da disciplina Língua Portuguesa, alcançando também, o objetivo da atividade - produção de texto dissertativo - o que contribuiu para a materialização do *corpus*.

Os textos escritos pelos alunos encontram-se em anexo, e são facilmente identificáveis a partir de uma seqüenciação numérica, para facilitar a conferência dos dados apresentados. As expressões anafóricas que serão analisadas estão realçadas através da cor amarela, o que torna clara a sua localização entre os textos do gênero dissertativo que compõem o *corpus* do presente estudo.

4.2 TÉCNICAS DE OBSERVAÇÃO E COLETA DE DADOS

Considerando-se os objetivos da pesquisa, para a consecução da coleta de dados, observar-se os itens anafóricos identificados como pronome demonstrativo que representam anáforas encapsuladoras.

Pretende-se verificar nos textos selecionados, a ocorrência de anáforas encapsuladoras cujo Det (determinante) seja representado por um pronome demonstrativo, como: **isso**, **disso**, **este**, **deste**, **desta**, **dessa**, **nesta**, como elemento anafórico.

Dessa forma, objetiva-se investigar a ocorrência da anáfora encapsuladora a partir do

uso de itens anafóricos tendo por base as seguintes hipóteses:

- O emprego do demonstrativo na produção textual pode efetivar-se por meio de retomadas co-textuais e contextuais, tendo em vista os propósitos das práticas comunicativas do produtor do texto;
- O uso de itens anafóricos é comandado mais por estratégias interativo-pragmáticas, para controlar a comunicação, do que por aspectos meramente formais;
- O uso de itens anafóricos envolve a construção de objetos de discurso que pode ou não manter o mesmo referente;
- O uso de expressões de encapsulamento textual pode revelar que o texto se processa não de forma linear, mas por meio de vários movimentos para trás e para frente, movimentos imprevisíveis e fusões.

Os seguintes passos foram seguidos no processo de observação dos dados relevantes a esta pesquisa.

- (a) Leitura dos textos dissertativos que compõem o *corpus* desta pesquisa;
- (b) Identificação dos enunciados que utilizam expressões de encapsulamento com função anafórica;
- (c) Observação e análise do termo referente, considerando o objetivo desta pesquisa.

4.3 ANÁLISE DE DADOS

No presente estudo, por meio dos textos selecionados, procuram-se focar, dentre os exemplos que foram escolhidos, itens identificados como anáforas encapsuladoras.

A análise dos dados tem como alicerce a visão de referenciação como atividade discursiva, estabelecendo uma ligação entre referentes de um enunciado, tendo como base a situação enunciativa, na qual esses termos são originados.

Nesta pesquisa, toma-se como base a concepção de texto como um evento comunicativo, no qual estão envolvidos elementos inferenciais discursivos, enunciativos. Assim, tais elementos serão considerados como fundamentais para a identificação dos itens que funcionam como anáfora encapsuladora.

É nessa perspectiva que se pretende realizar a análise do *corpus*, a partir de itens identificados em seu aspecto situacional ou textual, não sendo considerado apenas o co-texto, mas reconhecendo o processo anafórico encapsulador como uma retomada resumitiva, envolvendo elementos pragmáticos situacionais, conhecimento de mundo, conhecimentos compartilhados entre os interlocutores. Vale ressaltar que a anáfora, nesse estudo, é tratada como um recorte consistente, por meio de formas encapsuladoras, tais como os pronomes demonstrativos que resumem porções textuais e ativam conhecimentos armazenados na memória discursiva dos interlocutores.

Nessa perspectiva, e com base nos estudos dos principais autores, como Apothéloz (1995), Marcuschi e Koch (2002, 2006, 2007) e Heine (2000, 2004, 2005), que referenciam esta pesquisa, é que se delinea a presente análise. Os textos escritos pelos alunos, explorando a temática “*Confiança*”, são identificados a partir de uma seqüenciação numérica para conferência dos dados em análise. Os elementos textuais específicos para análise são realçados, de acordo com a linha correspondente, como se verifica a partir do texto número (01).

No excerto retirado do texto número 01, destacam-se as expressões *diante disso, desse descrédito* que funcionam como anáforas encapsuladoras, como se pode verificar:

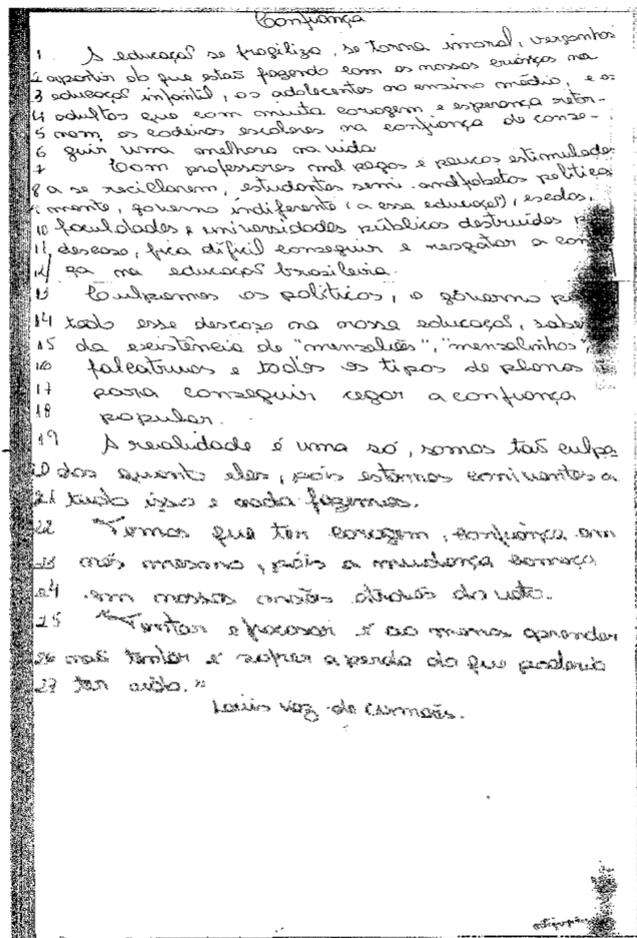
Confiança

- 1 Confiança é depositar crédito em algo ou em
- 2 alguém. Mas em quem podemos confiar? Nos governantes
- 3 nos amigos, na família, nas instituições?
- 4 Nos tempos modernos, fica difícil definir em
- 5 quem ou em que acreditar. Podemos perceber que são
- 6 raras as pessoas dignas de confiança. E cada mo-
- 7 mento nos deparamos com situações de traição,
- 8 corrupção, desrespeito que nos leva às mais raras
- 9 das decepções.
- 10 A humanidade está deixando de valor-
- 11 zar os elementos principais para a formação de ca-
- 12 ráter, de personalidade, que por muitas vezes, as pes-
- 13 soas apresentam-se egoístas, pensando no que é
- 14 melhor pra si.
- 15 Diante ~~disso~~, ~~desse~~ descrédito que vem so-
- 16 prendo a sociedade, surge a esperança de re-
- 17 verter ~~essa~~ situação, resgatar ~~esses~~ valores e que
- 18 possamos nos relacionar com respeito e dignidade.

Linha 15: “Diante disso, desse descrédito...”

Essas expressões resumem uma série de aspectos sinalizados nos parágrafos anteriores, como a desconfiança generalizada entre os seres humanos, bem como a perda de valores fundamentais para a formação da personalidade humana. Tais aspectos são encapsulados pelo demonstrativo “desse” que funciona, no discurso, como elemento anafórico, em que o autor reforça as situações de falta de confiança nas relações sociais, através do uso da expressão “desse descrédito”. As expressões destacadas acionam na mente dos interlocutores situações nas quais a corrupção e a falta de confiança ocorrem, levando em conta o conhecimento de mundo dos mesmos, que vivem numa sociedade na qual os casos de corrupção permanecem na impunidade. Dessa forma, os pronomes demonstrativos *disso* e *desse* funcionam como anafóricos encapsuladores, à medida que, no exemplo, em análise, identificam-se retomadas co-textuais (o que está escrito no texto) e contextuais (conhecimento de mundo e aspectos situacionais), mantendo a estabilidade na continuidade do foco discursivo. Essas questões também poderão ser vistas no texto número 2, que será analisado a seguir.

TEXTO 2 Linha 09: “a essa educação”



Esse texto merece destaque por apresentar exemplos de uso de elementos anafóricos e catafóricos (Linha 7. Com professores mal pagos e poucos estimulados a se reciclar, estudantes semi-analfabetos politicamente, governo indiferente *a essa educação*, escolas, faculdades e universidades públicas destruídas pelo descaso, fica difícil conseguir e resgatar a confiança na educação brasileira.), simultaneamente na produção discursiva. Entende-se, nesse caso, a retomada anafórica, quando o demonstrativo se refere a um objeto que, embora apresentado como conhecido, é novo no discurso, ainda não mencionado de maneira explícita nas idéias anteriores, como se pode conferir: “*a essa educação*”.

O uso do demonstrativo nesse caso apresenta-se como um processamento cognitivo, pelo acréscimo de informação, denotando o sentido, o propósito, a intenção, a deliberação do ponto de vista do produtor do texto. A expressão “*a essa educação*” é anafórica, pois faz remissão a uma descrição prévia (embora subjetiva) do cenário nacional da educação. Um

dado significativo é o emprego do definido: “a essa” que sinaliza uma relação próxima com o leitor, evidenciando um conhecimento partilhado sobre as condições que o produtor do texto apresenta para a educação, não admitindo que o leitor ignore a realidade postulada no texto. Tal afirmação é caracterizada também como catafórica (Culpamos os políticos, o governo por *todo esse descaso* na nossa educação, sabemos da existência de “*mensalões*”, “*mensalinos*”, falcatruas e todos os tipos de planos para conseguir cegar a confiança popular), pois, na seqüência do discurso (a realidade é uma só, somos tão culpados quanto eles, pois estamos *coniventes a tudo isso* e nada fazemos), ocorre o prosseguimento descritivo das condições físicas das escolas e universidades como obstáculo ao resgate do cenário da educação nacional já apresentado em parágrafos anteriores.

Linha 13: “*esse descaso*”: (anafórico sumarizador, encapsulador)

Já a expressão “*esse descaso*”, ainda no texto 2, apresenta-se como anafórica e encapsula as manifestações de indignação já apresentadas, no decorrer do texto, com relação à falta de confiança no sistema e nas relações sociais. Assim, resumem-se as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, encapsulando-as e transformando-as em objetos-de-discurso. Pode-se ilustrar, nesse caso, uma relação anafórica, caracterizada como complexa, pois que não nomeiam um referente específico, mas referentes textuais abstratos e freqüentemente genéricos e inespecíficos como *fato*, *evento etc*, que exigem realização de sentido a partir, também, do co-texto. Tal especificação contextual, efetuada a partir das proposições-suporte, veiculadoras das informações relevantes, vai constituir uma seleção particular, dentre uma infinidade de sentidos possíveis. A interpretação desse tipo de anáfora obriga o interlocutor não só a pôr em ação a estratégia cognitiva para a compreensão do sentido expresso no item anafórico, como ainda lhe exige a capacidade de interpretação de informação adicional. Tais expressões, como nesse caso, introduzidas por um item anafórico, desempenham, assim, duas funções: rotulam uma parte do contexto que as precede e estabelecem um novo referente que, por sua vez, poderá constituir um sentido específico para os enunciados subseqüentes.

Ainda com relação ao texto 2, o trecho que dá prosseguimento à análise destaca-se na linha 20, a expressão “*tudo isso*” em que se pode caracterizar como anáfora resumitiva, à medida que a retomada não ocorre de forma direta, mas através da ativação de elementos discursivos e conhecimento partilhado entre os interlocutores. (Culpamos os políticos, o governo por *todo esse descaso* na nossa educação, sabemos da existência de “*mensalões*”,

“*mensalinos*”, falcatruas e todos os tipos de planos para conseguir cegar a confiança popular./A realidade é uma só, somos tão culpados quanto eles, pois estamos coniventes a *tudo isso* e nada fazemos.) A referida expressão – *tudo isso* - sumariza as situações e dizeres expressos em parágrafos anteriores como ilustrado, também, no recorte a seguir.

O uso do item anafórico *isso*, nesse caso, procede ao processamento cognitivo, uma vez que sumariza a informação precedente no texto sobre casos de corrupção no Brasil (*mensalões, mensalinhos*, dentre outros).

Dessa forma, sob a perspectiva do uso do item anafórico representado pelo demonstrativo como elemento de retomada, entende-se o processo pelo qual um item anafórico pode ativar um objeto-de-discurso, a partir de elementos discursivos, sem estabelecer entre eles uma relação correferencial. Assim, no texto em análise, a relação textual, a partir do uso do demonstrativo, se estabelece nas idéias, e, mais uma vez, no conhecimento de mundo dos interlocutores.

Pode-se, nesse sentido, relacionar os itens anafóricos, analisados nesse exemplo, ao que Koch (2006, p. 70) denomina de “encapsulamento” ou “sumarização”, em que se resumem as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, encapsulando-as sob a forma de uma expressão anafórica e transformando-as em objeto-de-discurso.

TEXTO 3

1 No mundo em que a exigência de pessoal capacitado pa-
 2 ra exercer funções de grande importância é cada vez mais
 3 competitiva. Muitos aproveitam ~~essa competitividade~~ *desse competitividade* para
 4 usar de meios não convencionais para diminuir os seus
 5 concorrentes diretos, os quais não vêem como obstáculos.
 6 ~~Essa~~ *Essa* ocorre nas diversas situações da vida.
 7 Muitos de nós procuramos prejudicar os outros quan-
 8 do estes se tornam um adversário direto em relação
 9 aos nossos objetivos.
 10 ~~Então~~ *Então* se torna-se difícil confiar em alguém,
 11 pois de onde menos se espera, a nossa confiança é le-
 12 vada, surgindo assim, a desconfiança de tudo e de todos.
 13 Contudo, nem tudo está perdido, existe pessoas em que
 14 podemos confiar e com elas ~~podemos~~ *podemos* nos apoiar.
 15 irmãos e até amigos dos quais conhecemos a sua
 16 integridade.
 17 Podemos incluir ~~esse grupo~~ *esse grupo*, as entidades que
 18 trabalham sem fins lucrativos, estando ~~nestes~~
 19 ~~entre~~ *entre* os Ongs e algumas religiões.
 20 O que podemos perceber ~~com isto~~ *com isto* é que, a fal-
 21 ta de confiança vai sempre existir, mais é por-
 22 goso engatar que não devemos confiar em nin-
 23 guém, porque nem todos são iguais. ~~Então~~ *Então* nos levamos
 24 a perder grandes amigos além de oportunidades fu-
 25 turas.

Nesta análise, percebe-se a relação entre os itens que compõem o texto e os muitos sentidos sinalizados a partir do uso de expressões anafóricas que mostram, no contexto, a referenciação como atividade discursiva. Assim, pressupõe-se a ocorrência de um conhecimento partilhado, forçando o interlocutor a interagir no contexto, cognitivo ou situacional. Dessa forma, explica-se, a partir do texto, o que se depura nos trechos destacados, a partir do uso de itens anafóricos identificados como pronomes demonstrativos, caracterizados como anáfora e catáfora.

Linha 3: Muitos aproveitam *desse* competitividade.

O item anafórico *desse*, nesse recorte, apresenta-se como um elemento que pode ser entendido como uma retomada pela associação entre a(s) expressão (ões)-fonte estabelecida por elos cognitivos e sócio-pragmáticos-culturais. Tal compreensão se origina da forma como o produtor do texto retoma o que ele próprio sinaliza como uma exigência para estar no mundo: a eliminação de obstáculos e os meios utilizados para afastar a concorrência. Passa-se, então, a outro recorte, ainda, neste mesmo texto.

Linha 6: *Isto* ocorre nas diversas situações da vida.

O pronome demonstrativo *isto*, no trecho em destaque, é considerado como anáfora encapsuladora, quando sumariza o discurso expresso no parágrafo anterior. Mas é também em elemento catafórico, ao explicar na seqüência do discurso o sentido do pronome *isto* como âncora, por iniciar a argumentação relativa ao seu ponto de vista pessoal sobre o tema. Tal forma de introdução de referente é entendida como ativação ancorada, pois um novo objeto-de-discurso é introduzido no texto, com base em algum tipo de relação com elementos já presentes no co-texto ou no contexto sócio-cognitivo. Segundo Koch (2006, p. 70), casos dessa natureza, em que expressões anafóricas são introduzidas por um pronome demonstrativo, desempenham, em geral, função dupla: rotulam uma parte do contexto que as precede e estabelecem um novo referente que, por sua vez, poderá constituir um tema específico para os enunciados subseqüentes. Por essa razão, em geral, aparecem em início de parágrafos.

Analisa-se ainda no texto 3, linha 10:

“*Neste* contexto, se torna difícil confiar em alguém”.

A expressão *neste contexto* em destaque refere-se às circunstâncias atuais das relações sociais já mencionadas anteriormente, podendo ser considerada como uma reativação anafórica que retoma o cenário do mundo competitivo descrito em parágrafos anteriores. Mas também se caracteriza como elemento catafórico, quando, na seqüência do discurso, acresce informações que justificam o cenário descrito anteriormente, e retoma as informações já vistas resultantes da identificação catafórica, por meio de outro demonstrativo (*Essas* pessoas), caracterizando uma sumarização das informações contidas no co(n) texto, encapsulando-as sob a forma de objeto de discurso.

TEXTO 03, linhas 17, 18, 20 e 23, os itens anafóricos são entendidos uniformemente como:

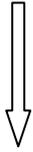
L.17 “a esse grupo”
isto”

L18 “neste contexto”

L.20 “perceber com isto”

L.23 “e





Anafórico



Anafórico



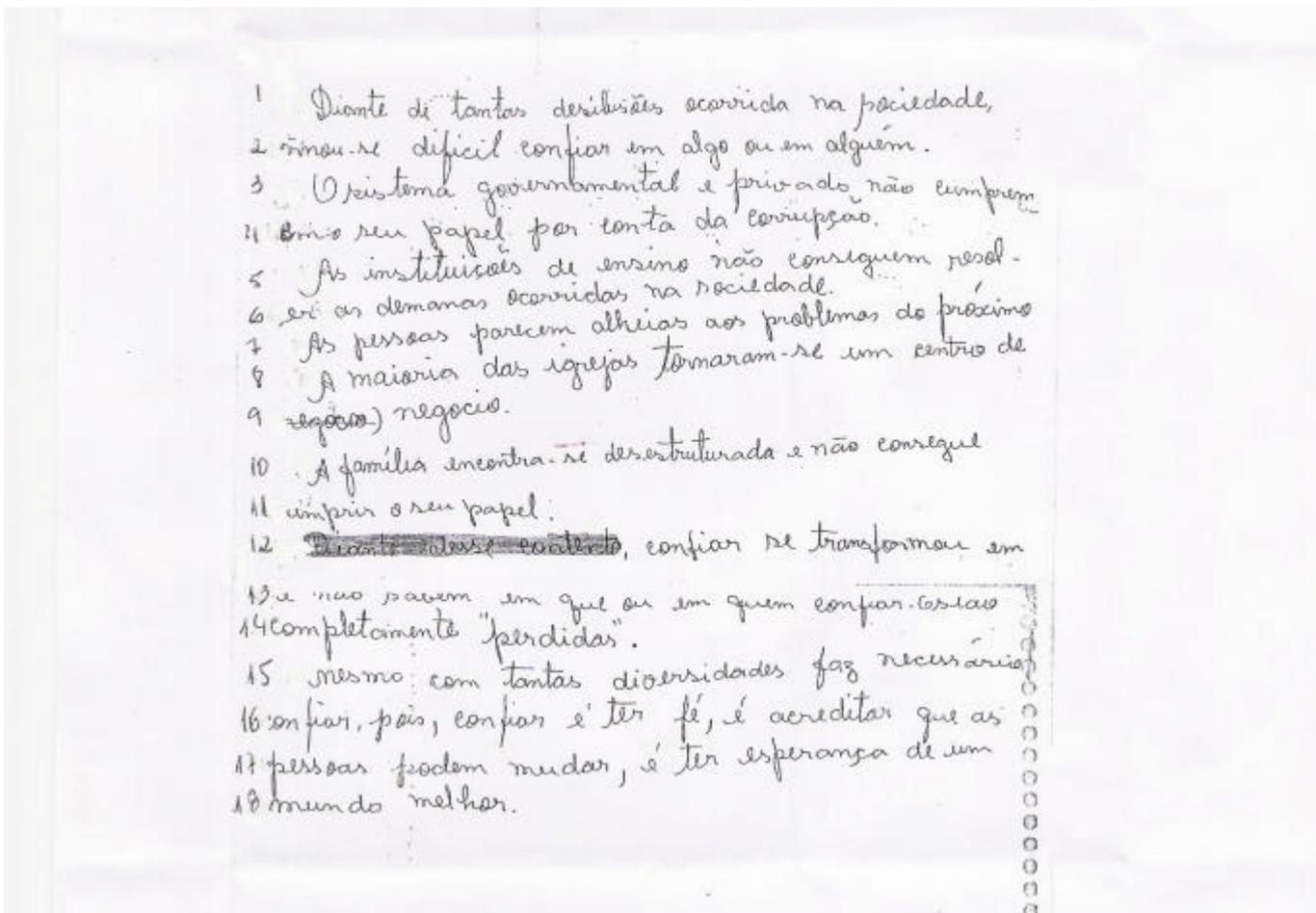
Anafórico

Anafórico

Verifica-se, no uso desses itens anafóricos em destaque, no texto 3, uma ocorrência seqüenciada de encapsulamento. Nesse sentido, pode-se aderir à idéia de que o locutor procede à seleção das expressões que se mostram mais adequadas ao seu projeto de dizer, e o uso desses itens vai exigir do interlocutor a percepção do porquê dessa escolha, no contexto, com relação à construção do sentido. Essa acepção vai de par com Koch (2007, p. 15), quando revela que o contexto é o conjunto de todas as propriedades da situação social que são sistematicamente relevantes para a produção, compreensão e funcionamento do discurso e de suas estruturas responsáveis pela produção de sentidos.

TEXTO 04, linha 12:

“Diante *desse* contexto, confiar se transformou em não saber em que ou em quem confiar”



A expressão - “*Diante desse contexto*” - usada no trecho em destaque revela uma retomada, caracterizando-se como anáfora encapsuladora, pois sumariza todas as informações que constam no texto. Tal dedução fundamenta-se no aspecto em que Koch (2006, p. 62) designa como uma das estratégias de referenciação e a denomina de reconstrução/reativação, em que um nóculo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permanece em foco. No trecho em destaque, a expressão na linha 12, *diante desse contexto*, que operacionaliza o querer dizer do produtor do texto, é entendida como anáfora resumitiva, representada pela ausência de uma expressão antecedente explícita para a retomada, ou seja, a existência apenas de uma relação conceitual.

TEXTO 05, linha 2: “E *nesta* sociedade de tantos *conflitos*, da qual fazemos parte, (...)”

1 É sabido que confiar é depositar a fé em
2 alguém ou em alguma coisa. ~~E nesta sociedade~~
3 de tantos conflitos, da qual fazemos parte, hoje,
4 é muito difícil confiar em alguém ou em algo.
5 Nós vivemos em um mundo competitivo onde
6 quase todos perderam a ética e a moral, ou
7 nunca as tiveram, e se colocam tão próximos
8 de alguém que são e passam a ser aquela de
9 tal forma, que seus atos pesam sobre tudo seu valor
10 ficam à sua mercê.

11 ~~É impossível~~ confiar no sistema governamental se
12 não for impossível. Dentre os motivos para tal realidade,
13 temos como exemplo, a corrupção que assola o
14 nosso país, recrudescendo a todo momento através de
15 meios de comunicação. No sistema privado, até que
16 poderíamos confiar, mas nossos direitos são usados
17 sem dor e sem piedade. Nas instituições de ensino
18 nunca há...

19 ~~que nem sempre~~
20 avaciao, onde o professor, segundo Pedro Paulo, ainda
21 é o centro das atenções, cabendo ao aluno uma
22 postura repetitiva, submissa condescendo a engo
23 lhar o que vem de fora, comprovando assim, a
24 dificuldade em aprender tornando difícil en
25 contrar na vida um espaço profissional, pois o
26 mesmo não se encontra preparado para inte
27 ragir com o mundo globalizado.

28 Na igreja sim, seria importante confiar porq
29 ta é a casa de Deus, só se ouve a palavra de
30 Deus, mas ultimamente, algumas pessoas que
31 estão à frente da mesma, como pastores, padres, nã
32 delidando a desejar, roubando até mesmo a conf
33 ança do Pai Supremo.

34 ~~Esta forma~~, confiança total, só devemos
35 ter em alguém que amamos com reciprocidade,
36 portanto é na família que devemos confiar.

Na expressão -“E nesta sociedade...”- linha 2, identifica-se o uso desses itens como elemento catafórico, à medida que, como se pode verificar no trecho em destaque, não se registram itens antecedentes. Ao introduzir abruptamente a expressão *nesta sociedade*, o autor faz uma complementação do nome *sociedade*, de forma a caracterizar o sentido do demonstrativo que a qualifica e a caracteriza como conflituosa. Assim, no trecho em análise,

a introdução do demonstrativo – *nesta* - caracteriza a presença de uma relação exofórica, constituindo-se no que se pode denominar de catáfora, visto que o produtor do texto traz informações inéditas a respeito do objeto-de-discurso, com o intuito de caracterizá-lo de determinada maneira. Nesse trecho, reconhecem-se os dois tipos de processos de construção de referentes textuais, que, segundo Koch (2006, p. 64), significam introdução/ativação no modelo textual. Tal ativação pode ser “ancorada” e “não-ancorada”. Assim, em relação ao trecho, caracteriza-se como ativação não-ancorada, pois um objeto-de-discurso totalmente novo é introduzido no texto, passando a ter o que Koch (2006, 2007) denomina de “endereço cognitivo” na memória do interlocutor, e a expressão em destaque opera uma categorização do referente. Tal afirmação pode ser visivelmente conferida no trecho em que se analisa: O locutor abruptamente introduz um elemento novo – *nesta* sociedade - como se o interlocutor já o esperasse no co-texto, mesmo sem uma relação de dependência, a compreensão e interpretação ficam a cargo do conhecimento partilhado entre ambos. Tal consideração pode ser validada pela expressão afirmativa que inicia o parágrafo do referido texto: “É sabido que confiar é depositar a fé em alguém (...)”.

TEXTO 5, linha 11:

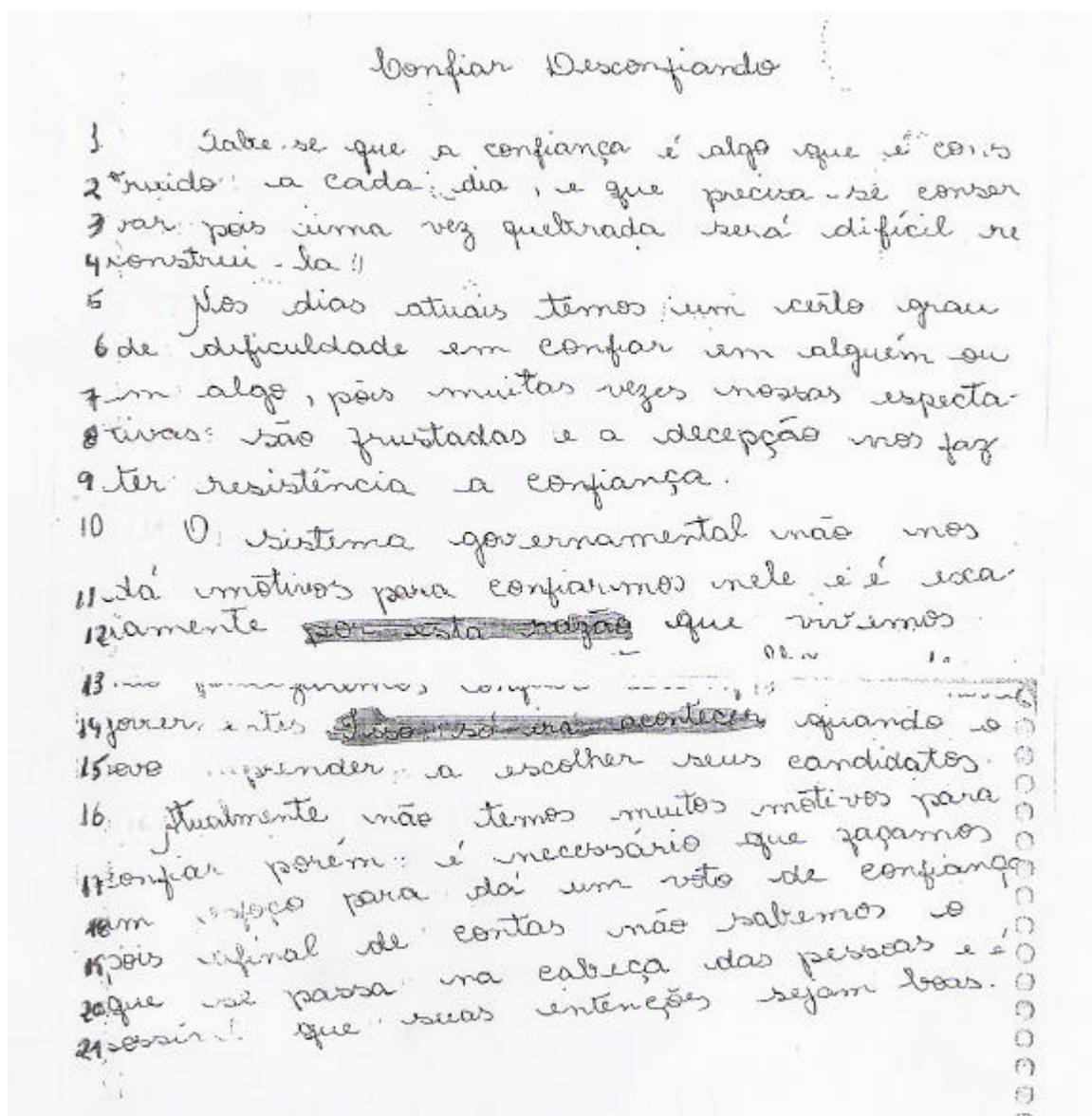
Por isso, confiar no sistema governamental seria impossível.

Nesse trecho, o que se registra é a presença do elemento anafórico, representado pelo pronome demonstrativo como Det (determinante), pois o uso da expressão *por isso*, além de ter um caráter explicativo, também faz uma remissão (*a entidade discursiva já introduzida no texto*) ao que já foi dito, em parágrafo anterior, sinalizando um encapsulamento das informações já expressas, sem encerrar a exposição dos pontos de vista do autor em relação ao tema. O produtor do texto, pela interação verbal, opera sobre o material lingüístico que tem à sua disposição e realiza escolhas significativas para rerepresentar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido (KOCH, 1999, 2002, 2004). Assim, as formas de referenciação, bem como os processos de remissão textual que se realizam por meio delas, constituem escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. Trata-se de um processamento estratégico. Entende-se, no trecho em análise, que a opinião do autor se consolida no final do discurso, quando discorre amplamente sobre suas idéias e as retoma ao final, por meio da expressão *desta forma*, encapsulando, por meio do uso do item anafórico,

o seu querer dizer que encerra seu corolário de proposições sobre o tema.

TEXTO 06, linha 12

(...) e é exatamente por *esta razão* que vivemos (...)



No trecho em recorte, pode-se deduzir que a expressão anafórica em destaque – *por esta razão* -, nesse caso específico, obriga o interlocutor não só a pôr em ação a estratégica cognitiva para compreensão, mas também exige a capacidade de interpretação de informação adicional, introduzida pelo item anafórico que rotula uma parte do contexto que a precede (pode corresponder a uma relação meronímica). Assim, por considerar que a dêixis textual e a anáfora mantêm uma relação de proximidade, pode-se atentar, nesse caso, para um tipo de

dêitico especial (dêitico textual), em razão de o autor apontar para uma porção textual, configurando, assim, uma estratégia voltada para a compreensão e não para a situação, em que o enunciado foi emitido, tal como é concebida a dêixis na sua acepção geral.

Entretanto, ressalta-se que a anáfora estabelece uma relação de dependência ou, no mínimo, uma relação de referência entre elementos presentes no texto ou recuperáveis, por meio da inferência; e a dêixis textual aponta, de forma inicial, para segmentos maiores ou menores do co-texto, na perspectiva de prender a atenção do interlocutor.

No texto número 6, no trecho em análise, a remissão anafórica ocorre pelo mecanismo de coesão textual, estabelecendo não um caso de dêixis, na acepção mais estreita, como a de Halliday e Hasan (1976), mas a partir de uma concepção mais ampla do fenômeno da anáfora, tendendo para que se privilegie a não dependência entre elementos co-textuais de forma biunívoca, muito menos o propósito de estabelecer uma ruptura entre anáforas e dêiticos, mas para mostrar a relevância de se considerar o pronome demonstrativo como uma das possibilidades da anáfora resumitiva, encapsuladora, com base nas pistas apresentadas por Heine (2004) e Koch (2006, 2007) sobre o uso do pronome demonstrativo como elemento anafórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redações que compuseram o *corpus* do presente estudo possibilitaram a aceitação das suposições iniciais, em relação ao estudo sobre a anáfora, mais especificamente, as anáforas encapsuladoras postuladas pelos teóricos que embasam esta pesquisa.

Os textos sugeriram que o mecanismo de coesão não fica comprometido pela sumarização de discurso (s), a partir do uso de itens anafóricos que recuperam porções textuais ou mesmo o discurso integralizado do produtor da enunciação. Dessa forma, ressalta-se o foco das retomadas referenciais, pois foi possível a verificação de que as retomadas co-textuais e contextuais nos textos analisados representam um desejo dos estudantes universitários em convergir suas idéias para uma enunciação resumida. Nessa perspectiva, ele encapsula uma rede de informações ao introduzir em seu propósito de dizer um elemento textual, no caso específico desse estudo, o item anafórico encapsulador, representado pelo pronome demonstrativo.

A realização desse trabalho não esgota as indagações a respeito do fenômeno da anáfora, mas sinaliza a possibilidade de inclusão de novas estratégias na concepção de entendimento de texto e faz refletir sobre as muitas dificuldades nas práticas pedagógicas com relação ao preenchimento de lacunas encontradas na produção e recepção de textos.

Ainda que não se possa de maneira genérica categorizar quais porções textuais são encapsuladas integralmente em um texto, o estudo da anáfora encapsuladora como possibilidade de se ampliar as relações referenciais, na construção do sentido, já faz a diferença para o ensino de línguas, particularmente no que concerne à produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais (MARCUSCHI, 1983, p. 12,13), sobretudo ao se considerar que os interlocutores constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo.

REFERÊNCIAS

APOTHÉLOZ, Denis (1995). Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle. Genève, **Tese de Doutorado**. Faculté des Lettres de l'Université de Neuchâtel.

BEAUGRANDE, R. de (1990). **Text, discourse, and process**. Norwood, N. J.: Ablex Pub. 347 p.

BECHARA, Evanildo (1972). **Moderna gramática portuguesa**. 19. ed. São Paulo: Nacional.

BENVENISTE, Émile (1989). **Problemas de Lingüística Geral II**. Trad. de Eduardo Guimarães et al. Campinas-SP: Pontes.

BERRENDONNER, A.; REICHLER-BEGUELIN, M. J. (Eds.) (1995). **Du syntagme nominal aux objects-de-discours**. Neuchâtel: Université de Neuchâtel.

BIDERMAN, Maria Teresa (2001). **Teoria lingüística**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

BLIKSTEIN, Isidório (1985). **Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix.

CAVALCANTE, Mônica M. (2000). Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos". Recife, 205 p. **Tese de Doutorado**, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

CHOMSKY, Avram Noam (1965). **Aspectos da teoria da sintaxe**. Trad. de José Antonio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Armênio Amado.

CHOMSKY, Avram Noam (1971). **Linguagem e pensamento**. Trad. de Francisco M. Guimarães. Rio de Janeiro: Vozes.

COURTÉS, J.; GREIMAS, A. J (1979). **Dicionário de semiótica**. Trad. de Alceu Dias Limas et al. São Paulo: Cultrix. 493 p.

FÁVERO, Leonor Lopes (2002). **Coesão e coerência textuais**. 9. ed., São Paulo: Ática.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (1983). **Lingüística textual: uma introdução**. São Paulo: Cortez. 112 p.

FREGE, Gottlob (1978) **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R (1976). **Cohesion in English**. London: Longman. 372 p.

HALLIDAY, M. A. K. (1985). **An introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold. 387 p.

HEINE, Lícia Maria Bahia (2000). **Considerações sobre a Lingüística de Texto**. Universidade Federal da Bahia.

HEINE, Lícia Maria Bahia (2000). Aspectos do uso da anáfora no português oral. **Tese** de Doutorado. Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador. mimeo.

HEINE, Lícia Maria Bahia (2004). Considerações sobre o uso de *ISSO* como anáfora não-correferencial. **Comunicações Individuais**. Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 1- 4.

ILARI, Rodolfo (1992). **Perspectiva funcional da frase**. 2. ed. Campinas-SP: UNICAMP.

JAKOBSON, R.(1989). **Lingüística e comunicação**. Trad. de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.

KOCH. Ingedore Grunfeld Villaça (1989). **A coerência textual**. São Paulo: Contexto. 94 p.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (1997). **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 124 p.

KOCH. Ingedore Grunfeld Villaça (2005). **Introdução à Lingüística Textual**. São Paulo: Contexto.

KOCH. Ingedore Grunfeld Villaça (2006). **Introdução à Lingüística Textual: trajetória e grandes temas?** São Paulo: Martins Fontes.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (2007). **Curso Tópicos em Lingüística Textual**: objetos de pesquisa e desenvolvimentos atuais. Universidade Federal da Bahia. Núcleo de Pesquisa do Discurso – NUPED.

LEVINSON, Steven C. (1983). **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press.

LYONS, John. (1977). **Semântica I**. Trad. por Wanda Ramos. Lisboa: Presença. 300 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1983). **Lingüística de Texto**: o que é e como se faz. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Letras e Lingüística. 64 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1989). **O funcionamento da dêixis no texto**: o caso da anáfora. mimeo.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1991). **Análise da conversação**. 2. ed. São Paulo: Ática. 94 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1994). **O problema da variação lingüística no texto falado e escrito**. Universidade Federal de Pernambuco. mimeo.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore G. Villaça (1994). **Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada**. Universidade Federal de Pernambuco. mimeo.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1995). **Fala e escrita**: relações vistas num continuum tipológico com especial atenção para os dêiticos discursivos. Recife: UFPE. mimeo.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1995). **A anáfora indireta**: o barco textual e suas âncoras. Universidade Federal de Pernambuco. mimeo.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1998). **Algumas reflexões sobre o tratamento da oralidade no ensino de língua**. Recife. mimeo.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1998). Atividades de compreensão na interação verbal. In: PRETI, Dino (Org.). **Estudos de língua falada**: variações e confrontos. São Paulo: Humanitas/ FFCH/ USP.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1998). Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita do português brasileiro. **Colóquio Internacional** – a investigação do Português na África, Ásia, América e Europa: balanço e perspectivas. Berlim, Alemanha, 23-25 mar.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1998). “Referência e cognição: o caso da anáfora sem antecedente”. Trabalho apresentado no Encontro de Linguística, Juiz de Fora, UFJF, dez.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1998). “Aspectos lingüísticos, sociais e cognitivos na produção de sentido”. Texto apresentado por ocasião do GELNE, 2-4 set. mimeo.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (2000). **Da fala para a escrita**. São Paulo: Cortez.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (2003). **Curso de Especialização em Leitura e Produção Textual**. Universidade Federal de Pernambuco. mimeo.

MARTINET, André (1976). **Conceitos fundamentais da lingüística**. Trad. de Wanda Ramos. Lisboa/ Portugal: Presença/ Brasil: Martins Fontes.

MARTINET, André (1994). Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle? **ALFA**. v. 38.

MIOTO, Carlos et al. (2004). **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele (1995). Construction des objets de discours catégorisation: une approche des processus de référénciation. In BERRENDONNER A; REICHLER-BÉGUELIN M. J. (Eds.). **Du syntagme nominal aux objets-de-discours**. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, p. 273-302.

MONTEIRO, José Lemos (1994). **Pronomes pessoais**: subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: Edições UFC. 271 p.

NEVES, Maria Helena de Moura (1997). O funcionalismo em Linguística. In: _____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes.

OLIVEIRA, Roberta Pires de (2004). Formalismos na lingüística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. v. 3. São Paulo: Cortez.

ORLANDI, Eni Puccinelli (2002) **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 4. ed. São Paulo: Pontes.

PASCHOALIN, Maria Aparecida (2008). **Gramática**: teoria e exercícios? São Paulo: FTD.

PETÖFI, Janos (1973). “Zueiner Grammatischeen Theorie spachlicher Texte”. **Lili**, ano 2, fasc. 5, p. 31-58.

_____. (1973) “Towards an Empirically Motivated Grammatical Theory of Verbal Texts”. In: PETÖFI, J.; RIESER, E. (Orgs.). **Probleme der Modelltheoretischen Interpretation von Texten. Hamburgo**: Buske.

PEZATTI, Erotilde Goreti (2004). O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. v. 3. São Paulo: Cortez.

SAUSSURE, Ferdinand de (1961). **Curso de Lingüística Geral**. 7. ed. São Paulo: Cultrix.

SILVA, Augusto Soares (2004). Linguagem, Cultura e Cognição ou A Lingüística Cognitiva. In: SILVA, Augusto Soares; TORRES, Amadeu Torres; GONÇALVES, Miguel (Orgs.). **Linguagem, cultura e cognição**: Estudos de Lingüística Cognitiva. Coimbra: Almedina, v. I, p. 1-18.